



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 61

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 11 de março de 2022

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputadas Elisa Sousa (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Paulo Silveira) e Maria Isabel Teixeira*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.*

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as iniciativas abaixo mencionadas:

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – “Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por «Solenerge»**”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Após o uso da palavra pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), para interpelar a Mesa, passou-se para a votação do requerimento para dispensa de exame em Comissão, tendo sido aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*).

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – “Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a**

instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por «Solenerge»”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Após a apresentação da iniciativa pelo Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Vílson Ponte Gomes (*PS*), Carlos Freitas (*PSD*), Alexandra Manes (*BE*), Sandra Faria (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estêvão (*PPM*), Carlos Furtado (*Indep.*), Pedro Neves (*PAN*), Francisco César (*PS*) e José Pacheco (*CH*).

Para um protesto usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*), seguido de um contraprotesto pela Sra. Alexandra Manes (*BE*).

Ainda para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Após entrada na Mesa de um requerimento de baixa à Comissão, solicitado pela Direção do Grupo Parlamentar do PS, o diploma baixou à Comissão para parecer, com a aprovação por maioria do respetivo requerimento.

- Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 98/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção em conversações entre a AMISM e a TERAMB, no objetivo de aproveitar a capacidade de incineração sobranete da CVE na ilha Terceira””, apresentado pelo Deputado Independente;

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*), seguiu-se a votação com a aprovação por unanimidade.

- Projeto de Resolução n.º 98/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção em conversações entre a AMISM e a TERAMB, no objetivo de aproveitar a capacidade de incineração sobranete da CVE na ilha Terceira””, apresentado pelo Deputado Independente;

Apresentado o Projeto de Resolução pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*), usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Carlos Furtado (*Indep.*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 100/XII – “Prorrogação do prazo para a apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia (CEAA)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN, o qual foi aprovado por unanimidade;

- **Projeto de Resolução n.º 100/XII – “Prorrogação do prazo para a apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia (CEAA)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN; Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Vasco Cordeiro (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*), passando-se posteriormente para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII – “Estabelece o regime específico de aplicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que aprova a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), a mesma mereceu a aprovação por unanimidade, por parte da câmara.

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII – “Estabelece o regime específico de aplicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que**

[aprova a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo](#)”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores;

Apresentada a Proposta de DLR pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Nuno Barata (*IL*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Lubélio Mendonça (*PS*), Sabrina Furtado (*PSD*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a votação, sendo a Proposta de DLR aprovada por unanimidade.

- [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 101/XII – “Recomenda ao Governo Regional que defenda a manutenção das rotas do Faial, Pico e Santa Maria para o Continente”](#),

apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, o qual foi aprovado por unanimidade, após a justificação feita pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*) e de ter usado da palavra sobre o mesmo o Sr. Deputado Pedro Neves (*PAN*).

- [Projeto de Resolução n.º 101/XII – “Recomenda ao Governo Regional que defenda a manutenção das rotas do Faial, Pico e Santa Maria para o Continente”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Apresentada a iniciativa pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), usaram da palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mário Mota Borges*) e ainda os/as Srs./as Deputados/as Tiago Branco (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Marco Costa (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), Carlos Furtado (*Indep.*), Nuno Barata (*IL*), Salomé Matos (*PSD*), Pedro Neves (*PAN*) e Elisa Sousa (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de março de 2022**

*Os trabalhos terminaram às 18 horas.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra a Sra. Secretária. Faça favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** Bom dia.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Berto José Branco Messias**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**João Paulo Serôdeio Melo**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Mário José Dinis Tomé**

**Miguel António Moniz da Costa**

**Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Sérgio Humberto Rocha de Ávila**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Vasco Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva**

**Maria Salomé Dias de Matos**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Paulo Duarte Gomes**

**Rui Miguel Mendes Espínola**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Vitória** Alexandra Correia **Pereira**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Catarina** Oliveira **Cabeceiras**

**Pedro** Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

**Rui** Miguel Oliveira **Martins**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António** Manuel Raposo **Lima**

**Alexandra** Patrícia Soares **Manes**

*Partido Popular Monárquico (PPM)*

**Gustavo** Valadão **Alves**

*CHEGA (CH)*

**José** Eduardo Cunha **Pacheco**

*Iniciativa Liberal (IL)*

**Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa

*Independente*

**Carlos** Augusto Borges Rodrigues **Furtado**

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão e pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, estávamos ontem no debate do **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – “Atribuição de incentivos financeiros para a**

**aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores.**

Penso que todos os Grupos e Representações Parlamentares já tinham usado da palavra, como prevê o Regimento, à exceção do Grupo Parlamentar do CDS-PP, que não pretende usar da palavra.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para uma interpelação, faça favor.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que o Sr. Presidente tem na sua posse um requerimento, alternativo ao requerimento do Governo, que é, exatamente, relativo à declaração de urgência desta proposta do «Solenerge», mas em vez de ter a dispensa de exame em Comissão, ter a redução do período para exame em Comissão. Julgo que é assim, Sr. Presidente?

Muito obrigado.

(\*) **Presidente:** Tenho sim senhor. Acabou de dar entrada na Mesa, há pouco, penso que foi mesmo em cima da hora de início dos nossos trabalhos, mas penso que já estará nos emails das Sras. e Srs. Deputados.

Portanto, votaremos o primeiro pedido de urgência que temos e, a seguir, em função do resultado dessa votação, votaremos esse outro requerimento da autoria do Partido Socialista.

Portanto, são ambos ao abrigo do artigo 146.º. Há o pedido do Governo para que seja declarada a dispensa de exame em Comissão. Portanto, é esse o requerimento que está à votação, em primeiro lugar, e depois, em função do resultado dessa votação, sendo aprovado o primeiro, naturalmente que o segundo ficará prejudicado.

Estamos esclarecidos sobre o que é que vamos votar?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

*(Pausa)*

Nós estamos a votar o pedido de urgência, ponto 20 da nossa Agenda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão?

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Secretária.

Tendo sido aprovada a urgência, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Para uma declaração de voto tem a palavra.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra o pedido de urgência apresentado pelo Governo, não porque discorde da necessidade de tomar uma decisão célebre e rápida sobre esse assunto, mas porque discorda da modalidade de urgência que o Governo solicita para a sua proposta.

Havendo várias possibilidades de ser decretada, ou de ser requerida, a urgência, o Governo, numa matéria deste tipo, requereu a dispensa completa de exame em Comissão.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que, embora sendo urgente, tendo em conta o volume financeiro que está envolvido, cerca de 19 milhões de euros e a matéria sobre que versa este diploma, deveria haver possibilidade de uma análise mais detalhada em Comissão.

Por último, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, porque tendo em conta o prazo em

que deu entrada esta proposta, na passada terça-feira, se não me falha a memória, o facto de estar a decorrer um plenário da Assembleia Legislativa Regional, nós entendemos que esse tempo não é o suficiente para uma análise aprofundada, consistente e fundamentada desta proposta.

Estas são as razões pelas quais votamos contra.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto. Tem a palavra, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM votou favoravelmente a urgência e também a dispensa da análise em Comissão, desta iniciativa, exatamente porque consideramos que ela é urgente, que a deliberação é urgente, que há aqui um conjunto de meios que é urgente que possam ser utilizados, e porque há uma situação internacional, uma situação dos mercados internacionais que está a prejudicar, e pode vir a prejudicar, a execução desta medida.

Portanto, é necessário tomar medidas de forma rápida, aliás, como foi solicitado aqui no início desta semana por outras forças políticas. Querem decisões rápidas e é necessário acudir e depressa. Pois, foi isso que o Parlamento decidiu. Decidiu que esta matéria é urgente e decidiu também a sua dispensa em Comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes para uma declaração de voto.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, como já tinha dito ontem, votou contra a urgência desta proposta do Governo.

Parece-nos, a nós, que esta será uma forma leviana de analisar um diploma que envolve 19 milhões de euros, estamos a falar de dinheiro público, estamos a falar de dúvidas que nos suscitam este diploma e tanto as Sras. e os Srs. Deputados que estão nesta casa, como as pessoas, como as empresas, teriam todo o interesse de ver isto ser analisado em Comissão.

Ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, parece-nos surpreendente que exatamente os partidos que se arrogam de tanta transparência, impeçam que isto vá para a Comissão, para um maior escrutínio.

Obrigada.

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo, e tendo sido aprovada a urgência, passamos ao debate e discussão do diploma.

Tem a palavra o Sr. Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia para apresentação do diploma.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mário Mota Borges*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com a proposta de DLR que aqui hoje se apresenta, com a denominação «Solenerge», pretende-se instituir um sistema de incentivos financeiros associados à transição energética, nomeadamente para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos, destinados ao autoconsumo de particulares e de empresas. Esta proposta de sistema foi montada com base nas disposições e fundos previstos no PRR, nomeadamente no âmbito daquilo que é, ou não, elegível, e enquadra-se temporalmente na sua vigência.

Neste contexto, o Plano de Recuperação e Resiliência identifica a aposta na produção de energia obtida a partir de fontes renováveis, nos edifícios, como uma prioridade, visando a recuperação económica em linha com a promoção da transição energética.

Esta visão encontra-se alinhada com aquela que defende o Governo dos Açores, que encara a energia como um setor estratégico e vital na promoção do desenvolvimento dos Açores.

Neste sentido, têm sido prioridades regionais, as políticas públicas com objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, promovendo simultaneamente o aumento de eficácia, ou de eficiência energética, de modo a reduzir o consumo de combustíveis fósseis e, assim, diminuir a dependência energética face ao exterior.

O sistema de incentivos, objeto desta proposta de diploma, tem por objeto dar continuidade às prioridades estabelecidas pelo Governo Regional dos Açores, no domínio da energia, estimulando a utilização de energias renováveis, por via da aposta da eletrificação e produção descentralizada, com vista à transição energética, e redução da dependência externa neste domínio.

Os incentivos a atribuir, assim como as elegibilidades, estão genericamente definidos no PRR e foram transpostos para este diploma, razão pela qual a elasticidade do seu desenho foi limitada.

Assim, de forma resumida, sublinhamos que se trata de um incentivo para aquisição de sistemas solares fotovoltaicos, traduzindo-se aqui na forma de subsídio não reembolsável, correspondente a 100% das despesas elegíveis até ao máximo de 1.500 euros, por quilowatt instalado.

Para efeitos do sistema de incentivos, objeto do presente diploma, consideram-se como despesas elegíveis os custos de aquisição dos sistemas fotovoltaicos novos, conforme definidos na regulamentação a que se refere o artigo 12.º, excluindo-se deste despesas relacionadas com mão-de-obra, e transporte.

Conforme já atrás referido, as despesas elegíveis e limites são aquelas que estão definidas no âmbito do PRR, algumas das quais estão transpostas para esta proposta de diploma.

As baterias de acumulação de energia, por razões associadas ao cumprimento dos objetivos do PRR, e que são objetivos de potência a instalar no período de 4 anos,...

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Quanto?

**O Orador:** ... portanto, temos a obrigação de conseguir lá chegar, não se encontram enquadradas no âmbito deste sistema de incentivos, mas serão enquadráveis no âmbito de um sistema PROENERGIA, que será ajustado em conformidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor. Tem a palavra.

**(\*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos que o investimento em energia solar serve para as famílias pagarem menos, e as empresas, na fatura da eletricidade.

Sabemos que serve também para diminuir os custos das empresas, das famílias, com a sua atividade, e também com a sua vida.

Serve também para diminuir as despesas no final do mês, quer das empresas, quer das famílias.

Nós, aí percebemos o objetivo, Sr. Secretário, e estamos de acordo.

Agora, o Sr. Secretário, com este diploma, está a fazer com que as pessoas tenham painéis solares de forma acessível, diria eu, gratuita, e isto parece-me meritório.

O senhor diga-me uma coisa:

Quanto é que custa um painel solar de 330 watts, ou 470 watts? Quanto é que custa, Sr. Secretário? O senhor que me diga.

Por exemplo, uma família que investe 5.000 euros (5.000 euros!) em painéis solares, se não tiver a capacidade financeira, no imediato para adiantar o dinheiro, este diploma significa que só estará ao alcance de quem tem mais rendimentos?

Mas há uma outra coisa que tenho que lhe perguntar, Sr. Secretário.

O senhor diz que este diploma é para apoiar as famílias e as empresas, sobretudo as famílias. Penso que é isso, Sr. Secretário, penso que é esse o seu objetivo.

Então as famílias são representadas pelas associações de consumidores; as empresas são representadas pelas associações empresariais.

Sr. Secretário, onde estão os pareceres destas entidades?

O Sr. Secretário ouviu alguém sobre este diploma?

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com os sistemas solares fotovoltaicos podemos produzir energia grátis, limpa e renovável e ao mesmo tempo reduzir a nossa pegada ecológica e com isso também a fatura de eletricidade.

Nos últimos anos, a tecnologia associada à energia solar, teve um grande desenvolvimento, especialmente devido à sua capacidade de produzir energia, a partir de um recurso renovável, que é o sol.

São sistemas pensados para gerar eletricidade limpa durante muitos anos. Isto significa que o investimento, a ser feito, terá sempre o seu retorno, a curto prazo, quer para as famílias, para as empresas e demais entidades.

Estes avanços para uma sociedade mais evoluída, resulta numa escassez dos recursos naturais.

Mundialmente, a procura de energia é enorme, devido ao aumento da população e estilos de vida, fazendo com que não seja sustentável o consumo de energia.

Deste modo, é com agrado que o Grupo Parlamentar do PSD vê estes incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos, como uma medida muito atual e de convergência com o resto do País e da Europa.

Já se falou esta semana neste tema tão sensível que é a guerra, e é verdade que as implicações da mesma são vastas. Também será em questões energéticas e na fatura a pagar pelas famílias e as empresas.

Será preciso, portanto, também diversificar as fontes de fornecimento de energia e acelerar a transição para as energias renováveis realizando, para tal, por parte do Governo Regional, as iniciativas e os investimentos necessários.

Importa referir que têm sido prioridades regionais as políticas públicas com o objetivo de reduzir as emissões de gases com efeito estufa, aumentando a eficiência energética, diminuir a dependência energética face ao exterior, e reforçar a posição dos Açores como destino sustentável.

Com este apoio que se destina a particulares e empresas, onde lhes permite receber um subsídio não reembolsável correspondente a 100% das despesas ilegíveis, até ao máximo de 1.500 euros por quilowatt instalado, com esta medida, está a ser dado um forte passo e um incentivo para a sustentabilidade energética e autossuficiência da nossa Região.

Como disse no início da semana o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, e com o qual concordo, o tempo não é para abrandar a execução do PRR. O tempo é para acelerar a utilização do mesmo.

Ontem, à tarde, já não parecia ser bem assim. Uma falta de coerência total.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Ainda em relação às fontes renováveis, o Governo Regional tem uma estratégia que irá incrementar em investimento. Não queremos que os Açores percam dinheiro em relação à execução e aos prazos.

Nestas situações, o rigor é enorme.

Ainda ontem o PS disse que este diploma é um cheque em branco. Não posso concordar! E não posso concordar por duas razões, em particular:

A primeira, porque é uma participação a 100%, e isso para as famílias e empresas é uma grande alavanca.

**Deputado Carlos Silva (PS):** O que é que isso tem a ver com o diploma?

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** É um cheque em branco!

**O Orador:** Em segundo, o facto de tabelar o mesmo incentivo, o que faz com que evita as desigualdades e a distribuição fica muito mais equilibrada entre as empresas e as famílias.

Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso não está no diploma, Sr. Deputado Carlos Freitas!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Alexandre Manes, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como disse ontem, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, reconhece que a transição energética é urgente.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não parece!

**A Oradora:** Tal como estava a dizer, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tal como disse ontem, concorda que a transição energética é urgente. No entanto, queremos também uma transição energética rápida, mas não queremos negócios com urgência, porque se em outras legislaturas falavam em negócios, *quicá*, para amigos, essa também poderá ser.

Aliás, e considerando o *timing* que isto foi entregue e o tempo que nós tivemos para analisar esta proposta, ou alguns partidos tiveram esta proposta antes e sabem detalhes, ou então não percebemos muito bem a forma leviana, como se quer passar um cheque em branco...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Qual cheque em branco?

**A Oradora:** Sim! Um cheque em branco! Porque os partidos que fizeram aprovar esta urgência, tanto PSD, CDS, PPM, Chega e o PAN, o que estão a fazer é a passar um cheque em branco ao Governo, para fazer aquilo como quiser e bem entender, sem que haja o escrutínio desta proposta por parte dos interessados.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** Isto não tem lógica nenhuma quando falamos de transparência.

Portanto, existem dúvidas aqui e não sei se o Sr. Secretário nos poderá eventualmente explicar.

Por exemplo: uma casa T2, com um agregado familiar de 3 pessoas, tem uma média de gastos de 250 quilowatts por mês. Isso quer dizer que uma empresa grande absorverá muita energia.

Portanto, fazendo uma análise ao n.º 2, do artigo 4.º, incentivo para aquisição de sistemas fotovoltaicos, reveste a forma de subsídio até ao máximo de 1.500 euros por quilowatts instalado.

Se assim for, Sr. Secretário, três ou quatro empresas podem absorver todo o montante anual disponível. É porque nós não conhecemos os limites máximos de cada incentivo, nem sabemos se existem (nem sabemos se existem!). Isto são

dúvidas que vão passar nesta Casa, com o apoio destes partidos. É que vão permitir passar este cheque em branco ao Governo.

Depois, Sr. Deputado Marco Freitas, também não é uma separação entre empresas e famílias, no que diz respeito aos critérios de atribuição dos incentivos.

Portanto, Sr. Deputado Marco Freitas não chame de incoerente esta bancada. Relembre o passado da sua bancada! Veja o que é que estão a fazer e aquilo que estão a aprovar nesta Casa hoje, e depois pense bem naquilo que está a fazer.

É que nada aqui é claro! Ou então o Sr. Deputado Marco Freitas sabe detalhes que nós não sabemos. Não sabemos outros detalhes e este diploma envolve, e torno a dizer para que todas pessoas ouçam lá em casa, 19 milhões de euros.

É importante que as pessoas percebam que estes partidos que estão a aprovar isto, estão a passar um cheque em branco de 19 milhões de euros de dinheiro público ao Governo para fazer o que quiser e o que bem entender, em regulamentação.

E as regulamentações deste Governo nós já conhecemos como é que são.

Ainda temos aqui bem recente, por exemplo, a regulamentação do glifosato, que afinal foi o contrário de tudo aquilo que tinha sido aprovado.

Portanto, das regulações deste Governo, já conhecemos e da vossa bancada, mais uma vez, ficamos a conhecer que existe uma forma leviana de aprovar um diploma que tem 19 milhões de euros de dinheiro público.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, peço a palavra para protesto.

**Presidente:** O Sr. Deputado Pedro Neves, pede a palavra para um protesto. Pedia que fundamentasse o protesto.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Sim senhor.

Tem a ver com as alegações ditas pela Deputada Alexandra Manes, do Bloco de Esquerda, relativamente ao PAN, entre amiguismos e a conivência...

**Presidente:** Faz favor. Tem a palavra.

**(\*) Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Alexandra Manes tem de ter cuidado com aquilo que diz, porque aquilo que foi votado aqui foi uma urgência, não foi o diploma em si. E a acusação que fez é extremamente grave, tanto para o Deputado do PAN, como para o próprio partido, porque está a querer dizer que eu estou conivente com amiguismos. Isso é extremamente grave e é uma afronta completa para o pragmatismo e para a honra do Deputado do PAN.

Peço imensa desculpa, eu não admito certas situações.

Aquilo que eu votei foi a urgência de um diploma, não foi o diploma em si. Por isso é que estamos aqui a debater o diploma.

V. Exa. atacou logo, por completo. Cortou completamente as pernas e acusou todas as pessoas, independentemente das cores partidárias.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Ai, Senhor!...

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Alexandra Manes, querendo, tem direito a dois minutos para um contraprotesto, mas é só querendo!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Quero! Então não quero?

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Faz favor.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que eu estava a referir-se à urgência, à aprovação da urgência, e à possível aprovação do diploma em si.

Lamento muito que o Sr. Deputado Pedro Neves se tenha sentido desonrado. Não foi nenhuma intenção desonrar. No entanto, deixo aqui já a questão

levantada: realmente se este diploma for aprovado, eu mantenho as minhas palavras.

Muito obrigada.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Devia era pedir desculpa!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Não tenho nada que pedir desculpa!

**Presidente:** Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, para defesa da honra da bancada, relativamente às afirmações da Sra. Deputada Alexandra Manes, de que a bancada do PSD age de forma leviana, para passar cheques em branco, para favorecimento de amigos e de empresas.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Tem palavra, 3 minutos.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A discussão e o debate político, Sra. Deputada Alexandra Manes, leva-nos, por vezes, a debates mais acalorados e a defesas mais exigentes e intransigentes de posições políticas.

O que não se admite, e o que eu não posso admitir, em nome da bancada do Partido Social Democrata, é que cada vez que pretendemos, nesta Assembleia, discutir alguma matéria, V. Exa. se levante da sua bancada e teça afirmações insidiosas, insultuosas, relativamente às intenções dos Deputados desta bancada.

Estamos aqui legitimamente eleitos pelos açorianos, a representar os açorianos e merecemos o respeito que todos devem ter entre si neste Parlamento.

O Bloco de Esquerda não pode, não deve e não aceitamos, e não admitimos, que cada vez que se levante da sua bancada seja para tecer insultos à bancada do PSD. Isso não podemos admitir e agradecíamos que V. Exas. retirasse as afirmações que disse e se limitasse a discutir os diplomas.

Os Deputados estão aqui para trabalhar e na semana de plenário, de preferência, dia e noite...

*(Risos da Deputada Alexandra Manes)*

... porque as matérias que são aqui discutidas são para ser em benefício dos açorianos e não deste ou daquele.

Não admitimos que V. Exa. faça essas insinuações. Portanto, exigimos que se retrate.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Alexandra Manes, para prestar explicações tem 3 minutos.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu poderia começar esta minha intervenção dizendo “por quem Deus manda o recado”, mas pronto!...

Sr. Deputado Bruto da Costa, eu também fui eleita democraticamente e fui eleita para defender os/as açorianos/as que estão em casa e não posso deixar passar em branco uma questão, que é a leviandade com que se pode aprovar diplomas nesta Casa.

E quando diplomas que levam quantias como 19 milhões de euros, eu continuarei sempre a dizer que não podem ser aprovados de uma forma leviana.

Este diploma, e eu disse-o ontem, deveria ter ido para Comissão, para ser analisado e não foi.

Portanto, como todas as outras matérias, deveria ter ido. Não havia urgência nenhuma que não pudesse ser analisado num prazo de um mês.

Continuo a dizer que a forma como este diploma poderá ser aprovado é uma forma leviana e é um cheque em branco de 19 milhões de euros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**Deputado António Lima (BE):** Muito bem!

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito mau!

**Presidente:** Vamos dar continuidade ao debate.

Está inscrita a Sra. Deputada Sandra Dias Faria, a quem dou a palavra. Faz favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando focar a nossa atenção naquilo que é de facto importante nesse momento debater, e que tem a ver com o conteúdo desta proposta e com a possibilidade de hoje se aprovar um documento em que perceba os seus impactos, gostaria de colocar algumas questões ao Sr. Secretário.

Há uma primeira questão que na proposta inicial levantou alguma reserva, e por isso coloque-lhe a seguinte questão:

Qual a energia aproveitada por um painel fotovoltaico sem bateria e qual o retorno que isto poderá ter na aplicação destes valores?

A proposta de alteração apresentada pelo PSD – esta é uma segunda questão, Sr. Secretário – refere a imposição de um limite de 150 mil euros, ou 100 quilowatts, para empresas e famílias.

Neste caso, Sr. Secretário, as Câmaras Municipais e as IPSS não têm limites?

É que o diploma inicial fala em pessoas coletivas e singulares e a proposta do PSD refere-se apenas às famílias e empresas.

Uma terceira questão que tem a ver com o apoio atribuído. Aqui, vou colocar uma comparação:

Se o apoio atribuído é igual, estejamos a falar de uma papelaria ou de um gabinete de consultadoria, por exemplo, *versus* estarmos a falar de uma indústria, como a COFACO ou a UNILEITE.

Por agora é só, Sr. Secretário. Agradecia a resposta. Obrigada.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como ontem, no debate sobre a urgência, disse, este é um assunto da maior relevância para o futuro próximo da nossa região.

E foi por isso mesmo que votámos contra o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, e ainda vou um bocadinho mais atrás.

Se os Srs. Deputados se lembrarem, e os Srs. Membros do Governo, ao longo do todo o debate que foi aqui feito sobre as mais diversas matérias, em que envolvemos a sigla PRR, eu fiz uma referência – fiz sempre essa referência: as verbas do PRR têm de chegar às pessoas.

Mas chegar às pessoas não é um mero eufemismo. É chegar às pessoas que mais precisam, porque quando diz às pessoas, pode chegar sempre às mesmas pessoas que têm conduzido os Açores àquele estado em que já algumas pessoas não podem ouvir, que é somos a Região mais pobre da Europa, temos os índices de pobreza maiores da Europa, etc., etc., etc..

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Tal e qual!

**Deputado Joaquim Machado (PSR):** E o PS diz “tal e qual!”

*(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** O Governo tem aqui, de facto, e por via do PRR... É bom lembrar que o PRR não aparece por acaso. O PRR aparece para combater, minimizar,

resolver os problemas que foram causados pela pandemia de SARS-CoV-2, e pelas medidas que os estados amedrontados resolveram tomar e que afundaram a economia da Europa e economias por este mundo fora.

Ora, as medidas do PRR, usadas para combater esses efeitos, devem ser usadas para chegar precisamente às pessoas e o Governo tem aqui uma oportunidade de resolver dois problemas: tem a oportunidade de resolver o problema da transição energética e ao mesmo tempo diminuir a pobreza nos Açores.

Mas só há uma forma de o fazer, é fazê-lo bem feito.

O Sr. Vice-Presidente está ali ao telefone, mas o Sr. Vice-Presidente tem uma quota parte da responsabilidade dessa matéria.

Os serviços do ISSA têm uma quota parte de responsabilidade nessa matéria. Isso não está plasmado nesse documento.

Não há nada neste documento que nos diga que aquelas pessoas que ao dia 3 ou 4 de cada mês, que vão receber o RSI, ou seja o que for, uma prestação qualquer no dia 5 ou no dia 6, e que já estão tomando banho de água fria à espera de terem 18 euros para ir comprar uma garrafa de gás, ou que têm a conta da EDA atrasada e estão à espera de receber para ir pagar a conta da EDA, vão ter um painel fotovoltaico instalado nas suas habitações.

Não há nada neste diploma que nos garanta que esses 19 milhões de euros vão chegar, de facto, às pessoas que mais necessitam deles. Esse é que é o drama deste diploma.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Exatamente! Tal e qual!

**O Orador:** E o que me deixa algum desconforto é votar – eu não vou dizer que é um cheque em branco, mas que é uma via verde para o Governo regulamentar este diploma – porque não há nada que me dê conforto no sentido de eu acreditar que, de facto, estes 19 milhões de euros vão constituir para a redução da pobreza na Região Autónoma dos Açores.

Estejam atentos aos alertas que as diversas bancadas vão fazendo neste Parlamento. Não foram raras as vezes que eu disse e vou repetir: se chegarmos

ao fim desta legislatura e tivermos o mesmo número de pobres que tínhamos em 2020, ou tivermos mais número de pobres, eu vou considerar que falhou, e eu não quero ir para este “atoleiro” juntamente com este Governo. Eu não vou admitir chegar ao “atoleiro” com mais pobres e mais problemas do que tínhamos em 2020.

Eu exijo – eu exijo porque é um direito que tenho como cidadão e como Deputado desta Casa – que este Governo faça um esforço para, de facto, usar essas verbas para resolver os problemas das pessoas e os problemas desta Região, caso contrário vamos ter aqui que fazer uma inversão.

Vamos ter que mandar todos esses diplomas sempre para as comissões e em sede de comissões afinar isso de maneira que seja de facto eficiente e eficaz.

Sr. Vice-Presidente, o alerta que lhe faço e o desafio que lhe deixo, é que V. Exa., através dos serviços da sua competência, arranje forma deste dinheiro chegar à algibeira das pessoas, deste dinheiro chegar às soluções que as pessoas precisam, porque esta Região tem muita gente (o senhor sabe disso melhor do que ninguém, como sabe a Sra. Deputada Andreia Cardoso, como sabem todas as pessoas que estiveram envolvidas nesses sistemas durante esses anos todos) que há pessoas que tomam banho frio, nos últimos dias do mês, porque não têm dinheiro para comprar uma garrafa de gás.

Portanto, esses 19 milhões de euros não podem chegar àqueles que vão poupar mais do que aquilo que já têm poupado até agora. Tem que chegar àqueles que nem conseguem sequer tomar um banho quente todos os dias.

**Deputada Alexandra Manes (BE) e Deputado José Pacheco (CH):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

As forças extremistas, não só aqui nos Açores, mas como em toda a Europa e no mundo, estas forças, como o Bloco de Esquerda, levantam suspeições sobre as instituições, sobre tudo e sobre todos.

São todos corruptos, são todos uma conjugação de interesses, mas o problema da Sra. Deputada Alexandra Manes e do Bloco de Esquerda, nesta matéria, é que têm a obrigação de provar aquilo que disse...

**Deputado António Lima (BE)** Provar?

**O Orador:** ... porque senão, é apenas um insulto, é um insulto dizer que há amiguismo, dizer que há defesa de interesses espúrios.

A Sra. Deputada, tem a liberdade de expressão e tem o direito de dizer aquilo que bem entender, mas também tem o dever de fundamentar e de dizer que interesses são esses e quem é que está a beneficiar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Porque senão, o que os senhores estão a fazer não um discurso político, o que os senhores estão a fazer é um insulto. É o que os senhores estão a fazer neste Parlamento nas últimas discussões.

Eu não admito, não admito mesmo, e nenhuma circunstância, que levantem qualquer tipo de suspeição sobre a minha conduta do ponto de vista da honestidade.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

Não admito! Não lhe admito a si! Não admito à Sra. Deputada Alexandra Manes. Não lhe admito!

Eu estou a votar e estou a decidir naquilo que eu acho que são os interesses dos Açores e se os senhores têm alguma prova de que existem aqui interesses obscuros, que existe aqui favorecimento, os senhores têm também uma obrigação: é de se dirigir ao Ministério Público e denunciar essa situação.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputada Ana Luís (PS):** Coisa que o senhor não fez! O senhor nunca insultou ninguém!

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor fez isso durante anos!

**O Orador:** Não é assim que se faz política!... Não é assim que se faz política!... Não é insultando os outros, não é levantando suspeições sobre instituições democráticas, sobre este Parlamento, sobre o Governo Regional, sobre instituições. Isto é o grau zero da política e é o que os senhores estão aqui a fazer de forma sistemática.

Eu exijo (exijo!) nomes! Quem é que está a ser beneficiado? Que empresa é que está a ser beneficiada?

Exijo que os senhores fundamentem e sustentem o discurso que aqui fizeram, as suspeições que aqui levantaram.

Exijo que o Bloco de Esquerda faça isso, porque senão não são sérios, não são sérios na vossa argumentação.

Apenas o que estão interessados aqui é em insultar as instituições e as pessoas.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Berto Messias (PS):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez isso ao Governo do PS, durante anos!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Nunca!

**Deputado Berto Messias (PS):** A questão da incineradora, a questão da EDA! Durante anos o senhor fez isso! Sr. Deputado Paulo Estêvão, quem o viu e quem o vê!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Um painel fotovoltaico converte energia solar em energia elétrica.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** A gente já sabe isso!

**Deputada Délia Melo (PSD):** Parece que não!

**O Orador:** E o rendimento de um painel solar não é mais do que a razão entre a energia que lhe é fornecida sob a forma de luz, neste caso, e a energia que ele utiliza.

Ou seja, é lamentável que a Sra. Deputada Sandra Faria venha perguntar ao Sr. Secretário em que é que interfere as baterias no rendimento de painel?

**Deputado Francisco César (PS):** Está a brincar comigo!

**O Orador:** É porque não tem nada a ver.

Posto isto, também gostava de perguntar ao Sr. Secretário...

**Deputada Ana Luís (PS):** É melhor não perguntar!

**Deputado Francisco César (PS):** Não vale a pena!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso era o que dizia o PS ao seu Governo!

**Deputada Délia Melo (PSD):** Isto foi uma aula de físico-química!

**O Orador:** ... se está pensando criar incentivos no PROENERGIA para a aquisição de baterias, uma vez que provavelmente, e é mais do que óbvio, que haja excedente de energia ao longo do dia e dos meses, e é uma forma de aproveitamento desse mesmo excedente?

**Deputada Sandra Faria (PS):** Não serve de nada!

**O Orador:** Gostávamos de saber se o Governo está a pensar criar incentivos para aquisição de baterias neste âmbito?

Obrigado.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor, Sra. Deputada.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Para pedir desculpa!

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ainda sou do tempo em que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não fazia parte do Governo. Portanto, segui, durante muitos anos, tal e qual seguia os trabalhos parlamentares, as prestações do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, recomendo que se reveja há alguns anos atrás e veja aquilo que dizia, e nunca considere que fosse um insulto aquilo que dizia. Nunca considere que fosse um insulto!

Considerava que era querer informações, que era querer se inteirar dos detalhes. Aquilo que hoje o senhor, e restantes bancadas do CDS, PSD e PPM, não querem! Atenção!...

Também ainda sou do tempo em que o Sr. Deputado Paulo Estêvão insultou o Bloco de Esquerda, inclusive “com mãos sujas de sangue”, e de mais detalhes que eu me vou abster de relembrar aquela sua prestação no primeiro debate que tivemos. Não me esqueci também disso, Sr. Deputado!

Portanto, quando o Sr. Deputado Paulo Estêvão falar de insultos lembre-se bem daquilo que fez e que disse.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Ora nem mais!

**A Oradora:** No entanto, e voltando ao cerne da questão aqui, é que continuamos sem ouvir as explicações do Sr. Secretário que está assim ao

género de uma redoma, em que todos os outros Deputados tentam fazer com que mesmo ele não nos esclareça. Já percebemos.

Em relação ao Sr. Deputado Carlos Freitas, nós não precisamos de lições acerca do que é a transição energética e do que é a energia limpa. Todos nós já sabemos isso.

O que nós precisamos mesmo de saber é os termos de condições de acesso, os requisitos, os critérios de legibilidade, os montantes de incentivo, as obrigações das partes e a tramitação relativa à análise, a concessão e o pagamento de incentivos. A não ser que o Sr. Deputado Carlos Freitas já tenha alguns detalhes acerca disso, deixe por favor o Sr. Secretário nos explicar todas as dúvidas que nós estamos a apresentar aqui e que, tanto PSD, CDS e PPM insistem em que o Sr. Secretário não esclareça levando o assunto, porque eu simplesmente disse “quicá para amigos”.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Não sabe, não responde!

**A Oradora:** Eu nem afirmei! Eu disse “quicá” – quem sabe? E fui tirar esse “quicá para amigos” a alguns diários aqui desta Casa...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Mariana Mortágua!

**A Oradora:** ... da legislatura passada, mas realmente a memória é seletiva e só se usa quando dá jeito. Mas eu ainda vou consultar mais coisas. Obrigada.

**Deputada Ana Luís (PS):** Eu tenho lá em baixo, Alexandra!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Não precisa, também tenho um dossier!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

*(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)*

**O Orador:** Sr. Deputado Berto Messias, posso começar? Muito obrigado.

Sra. Deputada Alexandra Manes, com a amizade que tenho por si, não posso, no entanto, deixar de dizer que não aceito as suas insinuações.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Mais um!

**Deputado José Ávila (PS):** Não eram para si!

**O Orador:** Eu não digo que sou mais sério do que a senhora, mas também não lhe permito que a senhora ponha em causa a minha seriedade.

Eu estou quase há um ano e meio nesta Casa e nunca dei a mínima prova de falta de seriedade. Nunca mostrei nada que pudesse indiciar que eu estava aqui a favorecer amiguismos ou situações do género, mas não vou sequer levantar a voz para falar consigo.

Vou falar consigo no tom de voz que me é característico. E faço-lhe até uma recomendação, Sra. Deputada: os extremismos, seja de direita, seja de esquerda,...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Deputado, não faça isso. Não caia nesse erro!

**O Orador:** ... já foi “chão que deu uvas”.

Se dúvidas houvesse, as eleições de final de janeiro mostraram isso mesmo.

Portanto, aquele espaço de manobra que existia para o discurso fácil, que no Bloco de Esquerda dura muitos anos, ficou provado a dimensão da vossa bancada parlamentar agora na Assembleia da República. Isso é um alerta, Sra. Deputada, porque o eleitorado está mais atento.

As Assembleias, seja regional, seja nacional, vão ter de passar a ser um espaço de debate sério, sem populismos. Mas isto ser para si, mas também serve para outros partidos de outro espectro diferente, em que se vangloriam agora de terem muitos deputados, mas que já estão numa curva descendente. Prova isso mesmo que o eleitorado não quer extremismos, não quer discurso fácil, quer soluções, Sra. Deputada.

Eu espero que esta minha lição lhe proponha, pelo menos, alguma reflexão sobre o assunto.

Pode a senhora falar com o seu coração, mas dê razão ao seu coração.

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** E os painéis?

**Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Eu falo dos painéis, Sra. Deputada! Não tenho problema nenhum!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Energia.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mário Mota Borges):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram colocadas aqui, algumas delas que ainda a resposta não está desenhada neste diploma que aqui é apresentado hoje,...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Mas sendo urgente, já deve estar!

**O Orador:** ... mas que, a seu tempo, virão e serão publicadas em termos daquilo que será a regulamentação deste diploma, uma vez aprovado, se for o caso para tal.

Portanto, eu iria aqui de uma forma direta...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Se era urgente, onde é que está a regulamentação?

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Se é urgente já devia ter!

**O Orador:** Portanto, indo de uma forma direta à questão aqui relacionada com as regras que irão aparecer nesta regulamentação, e que na sua maior parte já estão definidas naquilo que são os acordos que foram feitos com Bruxelas, portanto, serão transpostas para a regulamentação nos termos em que foram acordadas. Portanto, foram acordadas por um Governo que não fomos nós. Portanto, já lá estavam e nós fazemos uso daquilo que lá está.

Portanto, não vou dar-lhe a resposta em detalhe relativamente à pergunta que colocou, mas a breve trecho terá esses dados disponíveis.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Mas quando, senhor?

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** A breve trecho não responde!

**O Orador:** Relativamente às questões colocadas pela Sra. Deputada Alexandra Manes, a resposta é a mesma, mas queria aqui fazer uma ressalva que é, relativamente à questão que colocou aqui no início, que é o facto do desenho deste diploma estar orientado para amiguismo.

Eu não vou comentar isso.

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor ainda não comentou nada!

**O Orador:** Não justifica comentar tal facto.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** O senhor não tem que comentar nada, tem é de responder!

**O Orador:** Portanto, é assunto que a nós, de certeza, não nos toca.

Relativamente à questão colocada pela Sra. Deputada Sandra Faria, eu, na intervenção inicial que fiz, tive a oportunidade de dizer que as baterias seriam incluídas naquilo que é o PROENERGIA, que será ajustado em conformidade com a introdução deste diploma, saindo de lá os painéis fotovoltaicos e entrando lá as baterias, sendo que essas baterias quando forem requisitadas, candidatas por parte de quem solicite, ou intervenha, ou seja alvo de benefício deste diploma, tem uma cobertura até 85%.

Portanto, é verdade, que as baterias podem ser importantes, é verdade que os painéis solares só funcionam enquanto há sol, portanto, só debitam energia enquanto há luz, e há muito consumo que ocorre nas famílias ou nas empresas durante as horas do dia.

É verdade também que há consumo durante a noite, e, portanto, se for possível fazer a candidatura e obter o benefício para instalar as baterias, podem estender, digamos, esse benefício colhido durante o dia, para consumo durante a noite.

Portanto, de uma forma genérica são estas as respostas que posso dar neste momento, mas relativamente às baterias, essas questões ficam relativamente

esclarecidas com esta nota que já tinha sido dada no início quando fiz a apresentação do diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, pede a palavra para?

(\*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu fiz uma pergunta.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra, porque o Sr. Secretário Regional não chegou a responder aqui a algumas questões e eu queria perceber se o Governo ainda tem tempo para responder às seguintes questões:

Quanto custa um painel solar...

**Presidente:** Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, o Governo tem tempo e o Partido Socialista também ainda tem tempo.

**O Orador:** Mas é só para lembrar quais foram as perguntas que eu deixei para o Governo poder responder.

**Presidente:** Tem que se inscrever para fazer uma intervenção.

**O Orador:** Então a seguir eu faço.

Obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Ou entrega as perguntas à Mesa!

**Presidente:** Exatamente, ou entrega!

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Ah!... Sr. Deputado, está a dar-me muita importância!

**O Orador:** Não!...

... vou encerrar o assunto consigo. Vou dizer-lhe o seguinte devido à importância que este tema tem.

Se a Sra. Deputada levanta suspeições, tem que fazer uma coisa: indique nomes, nomes, nomes.

**Deputado Berto Messias (PS):** O senhor é o último que pode dizer isso!

**O Orador:** Tenha a coragem de o fazer. Isso é fundamental.

Eu vou dar-lhe um caso. Eu vou dizer-lhe uma coisa...

**Deputado Berto Messias (PS):** Isto é um tribunal?

**O Orador:** Não, não é um tribunal, mas é a decência que o obriga. Quando se levanta suspeições façam o favor de fundamentar.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Orador:** Mas vamos ao que interessa.

A questão fundamental aqui é, como é aqui referenciado, 19 milhões. Isso é que preocupa. São os 19 milhões! Porque sabem que a aplicação destas verbas parte nas famílias. Sabem que obviamente isto será um grande sucesso. É isto que preocupa.

Toda a estratégia do Partido Socialista ao longo destes dias, destes meses, é só no sentido de tentar que o Governo não faça nada para fundamentar o seu discurso.

**Deputado Berto Messias (PS):** Não é verdade, Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**O Orador:** Imaginem, por exemplo, as passagens a 60 euros. V. Exas. teriam feito tudo e mais alguma coisa para impedir que elas fossem aplicadas. Eu não tenho a menor dúvida.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Como foi a mesma coisa em relação aos impostos, a redução de impostos que nós aqui conseguimos fazer. V. Exas. foram o “Adamastor” de serviço, em que tentaram e fizeram tudo para que essa redução dos impostos não se fizesse nos Açores.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** É verdade!

**Deputado Miguel Costa (PS):** E a tarifa Açores?

**O Orador:** O vosso único objetivo, é que não se faça, que não se concretize! Para isso, utilizam a política da “terra queimada”, mesmo prejudicando as famílias. Os senhores tentaram tudo por tudo para que as famílias açorianas não tivessem acesso a este programa, como estão a ter no resto da Europa.

Mas não!... Os açorianos tinham de ficar a marcar passo...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Já estamos, desde junho!

**O Orador:** ... porque os senhores têm uma estratégia política que têm de fundamentar.

Não!... Não!... Isto tem de ser executado e vai ser executado depressa.

Dizem, V. Exa. também, umas das perguntas:

Quem é que ouviram? Como é que isto se fundamentou?

Bom, há um amplo consenso europeu, em relação a esta matéria, em relação às energias renováveis, e à necessidade delas chegarem às famílias.

Há um amplo consenso! Está nos vossos programas eleitorais, está aliás nos programas eleitorais de todos os partidos que se sentam nesta Casa.

Portanto, sobre esta matéria existe uma discussão a fazer?

Eu acho que há um grande consenso. O que os senhores não querem é que se faça.

Quais são, no fundo, os argumentos?

Nenhum!... Suspeição!... Mandar para o ar!... São 19 milhões!...

Deve haver aí alguém interessado. Deve haver aqui alguém que tem algum tipo de favorecimento! Não dizem nada! Não fundamentam nada!

Portanto, o vosso conjunto de argumentos que apresentaram até ao momento não justifica coisa nenhuma. É apenas para fundamentar uma estratégia, que é a estratégia da “terra queimada”, que é nada se fazer; que nada se faça nos Açores. É o que os senhores pretendem, é só isso. É só isso que os senhores pretendem fazer.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Queremos que se fala, mas que se faça bem feito!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não era para intervir uma segunda vez neste debate, mas está confirmado: não havia necessidade de aprovar esta urgência. E como adivinhei, mais ou menos, o que é que o Sr. Secretário Regional ia dizer, logo a seguir à sua intervenção a dar a palavra ao Sr. Secretário, eu pedi a palavra.

E é precisamente para dizer que o Sr. Secretário não me desiludiu! Disse precisamente aquilo que eu estava à espera que o senhor ia dizer.

Não disse quase nada, mas disse uma coisa gravíssima. Disse que os partidos que chumbaram a urgência e dispensa de exame em Comissão deste diploma, tinham razão.

O Sr. Secretário acabou de dizer que não tem a regulamentação pronta! Então para que é a urgência?

**Deputado Francisco César (PS):** Exatamente!

**Deputado José Ávila (PS):** É impressionante!

**O Orador:** Então para que é a urgência se não tem a regulamentação pronta?

Que urgência e dispensa de exame em Comissão era assim tão importante se o Governo ainda nem sabe bem como é que o vai regulamentar?

Não desiludiu, Sr. Secretário, coisíssima nenhuma! Como não desiludiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão! Também não desiludiu, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez um esforço hercúleo para justificar a emissão de um cheque em branco,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Qual cheque em branco?

**O Orador:** A assinatura em cruz, pronto, não é um cheque em branco! É a assinatura em cruz,...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Tivessem V. Exas. coragem de fazer isso!

**O Orador:** ... de um diploma, que vai ser regulamentado por um Secretário Regional ao qual ele já retirou a confiança política.

Explique-me, Sr. Deputado Paulo Estêvão, como é que o senhor é capaz de, nesta Casa, assinar de cruz um diploma que vai ser regulamentado e que dá poderes alargados a um secretário a quem o senhor já retirou a confiança política?

**Deputado Berto Messias (PS):** Bem visto!

**O Orador:** Mas nem vou só por aí!

Justificava-se, sim, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que esses 19 milhões de euros fossem mais escrutinados em sede de comissão.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Dezanove milhões, em 4 anos!

**O Orador:** Justificava-se, Sr. Deputado.

E eu tenho muita pena, porque prezo muito a instituição parlamentar, também já o disse centenas de vezes aqui e em outros fóruns, que esta instituição

parlamentar à qual pretendo, seja muitas vezes na rua achincalhada – o termo é esse: achincalhada! – porque, por exemplo, ouviu 20 pessoas numa petição com uma assinatura, mas não baixa à Comissão um diploma que vai distribuir 19 milhões de euros, a fundo perdido (a fundo perdido! São 19 milhões de euros, sem reembolso) a pessoas que nós ainda nem sabemos como é que eles vão ser distribuídos. Essa é que é a questão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para que lhe sirva de memória futura, aqui nem ninguém está a tentar “queimar terra”! Aqui ninguém está a tentar “queimar terra”!

Aqui, o que se estava a tentar fazer, e que essa maioria não permitiu, era melhorar um diploma que, tal como eu disse há pouco na minha outra intervenção, corre o risco de não chegar, de facto, às pessoas que tem que chegar; que corre o risco de não tirar da pobreza açorianos que estão na pobreza, porque 19 milhões de euros distribuídos em painéis solares e painéis fotovoltaicos, pode resolver o problema de muitas famílias açorianas, mas se for parar às mãos erradas não resolve o problema dessas famílias, como os agrava, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputada Ana Luís (PS):** Os agrava!

**O Orador:** Esta é que é a grande questão deste diploma.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu disse na minha primeira intervenção que não estava disposto a chegar ao fim desta legislatura atolado neste atoleiro.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, como sabe, prezo muito a sua inteligência e a sua perspicácia. Apenas exorto, Sr. Deputado Paulo Estêvão: não se atole nesse atoleiro! Ajude o seu Governo a ser melhor Governo, em vez de se atolar com os erros dele.

**Deputadas Andreia Cardoso e Ana Luís (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Você não está a ajudar à conversa.

**Deputado Francisco César (PS):** Exato!

**O Orador:** Você não está a ajudar absolutamente nada daquilo que supostamente, se alguém tem uma posição, tudo o que o Sr. Secretário diz, não está a ajudar e também não está a responder efetivamente.

Faça como o Bloco de Esquerda: faça *bullying*! Caia em cima das pessoas, mante uma “metralhadora” para todas as pessoas, independentemente do que se faz.

Basta ser contra, basta haver “terra queimada”, e houve “terra queimada”, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, o Bloco de Esquerda começou e contaminou este debate todo (contaminou este debate todo)...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

*(Risos da Deputada Alexandra Manes)*

... porque alterou completamente objeto desta iniciativa, porque o objeto agora é para mostrar aos açorianos que o Bloco de Esquerda tem a superioridade moral e todos os restantes deputados têm interesses pessoais...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** ... e não sabe o que é que diz, porque abre a boca primeiro antes de pensar, porque nós podemos todos atacar-nos uns aos outros, mas há sempre um limite, e o limite é estar contra a honra dos Deputados que estão aqui,

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso ter muito cuidado, por mais ainda, e eu falo só por mim, que sou extremamente transparente, e sou extremamente regrado dentro da minha vida.

Não tenho uma vida mais simples, do que pode encontrar, Sra. Deputada. E V. Exa. atacou...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Coloque questões!

**O Orador:** ... a minha honra relativamente a algo que eu ainda não votei, só porque tenho uma opinião diferente do Bloco de Esquerda. É esta a “terra queimada” que o Bloco de Esquerda faz. Tenta matar tudo e todos!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E mesmo que às vezes haja aproximação do PAN, porque o PAN não tem cor partidária, o PAN não tem nem esquerda, nem direita, tanto olha para o Bloco de Esquerda, como olha para o CDS, interessa é a iniciativa, mas depois a Sra. Deputada em vez de fazer pontes, faz é “terra queimada” e rebenta as pontes todas.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Fale sobre o diploma!

**O Orador:** Sobre a iniciativa em si, não me apetece falar, porque já está completamente contaminada.

Obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Espero que depois desta intervenção não retirem tudo o que disseram nas últimas despedidas.

Sr. Secretário, eu vou dirigir-me a si, porque o Sr. Secretário é o responsável por este diploma.

Este diploma, de facto, vai distribuir, ou tenciona distribuir cerca de 19 milhões de euros para quem quer investir em painéis solares, para quem quer instalar painéis solares.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Distribuir?... Beneficiar as famílias! Distribuir é outra coisa!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Beneficiar as famílias e as empresas!

**O Orador:** Espero que seja retirado este tempo dos apartes.

Sr. Secretário Regional, o objetivo deste diploma, segundo compreende, é distribuir apoios para as famílias e empresas para terem painéis solares.

O Sr. Secretário, foi-lhe questionado aqui quanto é que em média custa um painel solar?

Porquê? Para sabermos concretamente quanto é que família terá que despender e quanto é que 1.500 euros, por quilowatt, permite dar às famílias em termos de potência instalada. Uma questão tão simples quanto isso.

Saber quanto é que 1.500 euros permite às famílias terem em termos de pressão de eletricidade.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Depende da família!

**O Orador:** O Sr. Secretário disse: isto são questões para se ver mais à frente!

Muito bem! O senhor não soube responder a esta matéria.

O senhor também falou na questão das baterias. As baterias não são importantes, diz o Sr. Secretário.

Não devem ser, porque, de facto, no PRR o Sr. Secretário não inclui as baterias. Aliás, o PRR para este Governo, é uma espécie de problema recorrente para a Região. É permanentemente o que acontece. É verdade! É um problema recorrente para a Região o PRR nos Açores.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Na página do PRR não tem lá a palavra “família”!

**O Orador:** Sr. Secretário, o senhor sabe que o painel solar fotovoltaico, de 330 watts, de 470 watts, tem um aproveitamento da sua energia, ou seja, as famílias aproveitam, cerca de 33%. Isto quer dizer que a energia produzida é aproveitada pelas famílias em apenas um terço. Isto quer dizer que se o senhor instalar cerca de 12 megawatts, que é aquilo que o senhor pretende que este programa, com 19 milhões de investimentos dê à Região, o que significa é que apenas um terço dessa energia será aproveitada para autoconsumo.

O senhor que nos diga e que justifique aqui, neste Parlamento, se é esse o objetivo: o objetivo é apenas cumprir uma meta de potência instalada ou é efetivamente ajudar as famílias, ou as empresas? Porque o que significa este diploma é que as famílias vão investir, o Governo vai gastar dinheiro, mas apenas podem aproveitar 33% daquilo que investiram. Não me parece razoável.

O senhor já deu algum esclarecimento para isso?

Não!

O senhor tem essa opinião, mas o PSD tem outra.

Não! Temos de apoiar as baterias!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Baterias é com V. Exa.!

**O Orador:** Temos de apoiar as baterias! Cerca de 5% para baterias.

O senhor sabe quanto é que custa uma bateria que possa permitir dar às famílias cerca de um quilowatt hora? Sabe?

Pois eu tive o cuidado de ir ver. Custa cerca de 1.000 euros.

Ora, 5% de 1.500, quanto é que dá, Sr. Secretário? Dá 75 euros.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** V. Exas. oferecem tudo!

**O Orador:** O senhor está a dizer-me, e o PSD está a dizer, que quer apoiar baterias que custam cerca de 1.000 euros à unidade, quando uma família média são cerca de 5 unidades, os senhores querem apoiar 75 euros para uma bateria que custa 1.000.

O senhor não! O senhor prefere meter no PROENERGIA para ir diretamente ao Orçamento da Região.

O senhor sabe que o PRR permite, como acontece no continente, irem buscar baterias. Mas o senhor e o PSD acham que 75 euros é significativo.

Por outro lado, só para terminar, o senhor não distingue no seu diploma, nem o PSD, empresas: pequenas, grandes, médias!

Uma papelaria tem direito a instalar o número de painéis que quiser; a UNILEITE ou a Fábrica de Tabaco Micaelense, por exemplo, tem direito a instalar o que quiser.

O PSD é 150 mil euros para todas as empresas, sejam elas deste tamanho, sejam elas deste tamanho.

Sr. Secretário, aquilo que nós pedimos é que o senhor esclarecesse, já que não quer fazer em Comissão, algumas das perguntas.

O que lhe posso dizer é que este debate está a significar o seguinte: o senhor não está a responder em plenário. Já percebemos porque é que não quis ir à Comissão. É porque não conseguia, na Comissão, responder às perguntas que lhe são colocadas e o que lamento é que 19 milhões não podem ser adiados...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Em 4 anos!

**O Orador:** ... por 30 dias, para que nós possamos fazer um diploma em condições.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma citação:

“Há uma desconfiança de que a empresa não está a fazer a travessia propositadamente para pressionar o Governo Regional.

Paulo Estêvão suspeita que o contrato feito entre o Governo na Barcos do Pico não foi claro.

Como é que é possível estabelecer um acordo com uma empresa sem estabelecer as condições contratuais?” – conferência de imprensa que o Sr. Deputado do PPM levantou suspeitas sobre os contratos feitos com as empresas de Transporte Marítimo para o Corvo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Exatamente!

**A Oradora:** Nem vou colocar a pergunta que o Sr. Deputado Nuno de Almeida Santos colocou, que era relativamente como é que passam um cheque em branco de 19 milhões de euros a um Secretário Regional que o senhor retirou a confiança política, publicamente?

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Pelo amor de Deus!

**A Oradora:** O que levanta suspeitas aqui é a falta de clareza da proposta e a forma ligeira com que o Governo quer tratar um assunto desta importância e com esta complexidade.

Não são os potenciais beneficiários. Aliás a total falta de conhecimento do próprio Secretário Regional, que aqui nos disse pouco mais do que “os painéis solares só funcionam quando há sol”, mostra que nem o proponente está preparado para este debate.

É isto, e é isto que as Sras. e os Srs. Deputados estão a evitar que vá para uma análise em Comissão.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Acha que sim! Isso é a sua opinião, Sra. Deputada!

**A Oradora:** E é isto.

E eu vou tornar a dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, são 19 milhões de euros...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Em 4 anos!

**A Oradora:** ... em que se quer passar um cheque em branco, em que se desconhecem muitos detalhes.

Sr. Secretário, uma casa T2, com um agregado familiar de 3 pessoas tem uma média de gastos de 250 quilowatts, por mês. Isso quer dizer que uma empresa grande absorverá muito mais energia.

Portanto, fazendo uma análise ao n.º 2 do artigo 4.º, o incentivo para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos reveste a forma de subsídio até ao máximo de 1.500 euros por quilowatts instalado.

Se assim for, três ou quatro empresas podem absorver todo o montante anual disponível?

Obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Sra. Deputada Alexandra Manes, é precisamente isso que eu fiz, que lhe peço que a senhor faça.

Eu aponteí o nome da empresa. Disse qual era a empresa.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Chama-se coragem!

**O Orador:** E mais!... Os factos provaram que eu tinha a razão. Os factos provaram que eu tinha razão.

Eu aponteí, disse explicitamente o nome da empresa. Descrevi a situação que, na minha perspetiva, não estava correta. Aponteí o culpado.

Indiquei claramente quem é que era. Não fiquei com abstrações, como a senhora fez, em relação aos Srs. Deputados e ao Governo Regional.

Essa é a diferença e isso faz toda a diferença.

Sr. Deputado Francisco César, eu já me despedi de V. Exa, portanto, está despedido. Não lhe vou dizer mais nada a este respeito.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Não lhe convém!

**O Orador:** Devo dizer também aqui, em relação ao Sr. Deputado Nuno Barata, que tem este hábito de iniciar um diálogo e depois não quer ouvir a resposta.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não tenho tempo, mas estou aqui!

**O Orador:** Ah, está aqui! Pronto! Ainda bem, porque eu quero dizer-lhe o seguinte:

Se não tem tempo o problema é seu. Não o tivesse gasto mal gasto.

*(Risos da câmara)*

Agora o que eu lhe quero dizer, Sr. Deputado Nuno Barata é que não há nenhum atoleiro. Há um Governo que está a resolver os problemas dos Açores. Não há aqui nenhum atoleiro, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado está como os russos, que a Ucrânia é que atacou a Rússia. O senhor está à procura de desculpas, com a sua ambição de ser mais do que é.

Sr. Deputado, assuma as suas responsabilidades. Não crie fantasmas.

Se acha que é um atoleiro, Sr. Deputado, aja em conformidade, Sr. Deputado, mas nas suas responsabilidades não desenhe cenários.

O senhor assuma! Não fuja das suas responsabilidades.

Qual é o atoleiro?... Qual é o atoleiro?...

Execução orçamental que é melhor do que a dos últimos anos?

Qual é o atoleiro?... A privatização de setores que davam um prejuízo colossal?

A redução dos impostos, Sr. Deputado? É esse o atoleiro?

**Deputado Nuno Barata (IL):** É falta de confiança política!

**O Orador:** Os problemas que se estão a resolver na economia nos Açores?

Os problemas que se estão a resolver no âmbito da pobreza? É esse o atoleiro, Sr. Deputado?

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Chama-se coragem!

**O Orador:** Sr. Deputado, toda a gente já percebeu que o Sr. Deputado não assume responsabilidades e, mais do que isso, quer censurar os Membros do Governo.

Depois, o senhor tem um espírito, Sr. Deputado (deixe que lhe diga o seguinte): O senhor colocou-se a uma marca de sucesso. Nos seus últimos anos, o seu percurso político, não foi um sucesso, Sr. Deputado, mas colou-se a uma marca de sucesso. Mas eu creio, Sr. Deputado, que o senhor e a marca têm algumas diferenças, algumas incongruências, Sr. Deputado.

Veja o seguinte: o senhor fala como o Bloco de Esquerda: 19 milhões, é o pecado!

Eu pensava que a Iniciativa Liberal, em relação à criação de riqueza, tivesse uma perspetiva positiva. Mas não! O pecado está no número: 19 milhões de euros. O senhor não quer! Se fossem 200 cêntimos, o senhor já estava a favor.

**Deputado Nuno Barata (IL):** O senhor não percebeu!

**O Orador:** Mas quero dizer-lhe, Sr. Deputado, a sua perspetiva é Bolchevique. É Bolchevique!... Não é liberal, Sr. Deputado!... É Bolchevique!... Não tem nada a ver com o liberalismo. É a sua desconfiança em relação ao capitalismo.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não, não!

**O Orador:** É a sua desconfiança em relação ao funcionamento da economia do mercado.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Isso não é o mercado, isso é dinheiro do Estado!

**O Orador:** O senhor e a marca a que o senhor se colou não se colam, Sr. Deputado. Esse é que é o seu problema.

Quanto a outras questões, ainda quero fazer mais uma intervenção.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa ainda tem vários pedidos de intervenção para este debate.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 38 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, porque temos mais uma novidade na Mesa que requer uma votação.

*Eram 11 horas e 10 minutos.*

Eu quando falo em votações, nesta legislatura, vejo as pessoas apressarem-se para os seus lugares. Portanto, é o segredo.

*(Risos)*

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao nosso debate. Estava inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa, a quem dou a palavra.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para fazer a seguinte referência:

Penso que estamos todos de acordo nesta Assembleia, que este Programa, estes incentivos à transição energética são da maior importância para as famílias, para as empresas e para os Açores.

Naturalmente que o trabalho que o Governo fez em relação a este diploma, objetivamente penso que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não discordará de mim, um Governo, quando faz um diploma, que se prevê que seja regulamentado, tem uma base para a sua regulamentação. Agora não pode ter uma regulamentação fechada antes do diploma ser aprovado, até porque o mesmo pode sofrer propostas de alteração.

Exigir ao Governo que tenha uma regulamentação feita para um diploma que ainda não está aprovado e que não se sabe concretamente aquilo que será o resultado das votações e eventuais propostas de alteração que surjam no

diploma, acho que é exigir que o Governo diga, enfim, que aquilo que se passa nesta Casa não é importante. E isso eu acho que não é exigível, nem pode ser dito por parte do Governo Regional.

Obviamente que todos nós sabemos que ao fazer-se o diploma e prevendo-se determinadas matérias para regulamentação, há uma base de trabalho que aguarda naturalmente o resultado para que a regulamentação depois vá ao encontro daquilo que é aprovado.

Mas há aqui uma nuvem de suspeição que ficou, por parte das intervenções do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, que eu acho que não é aceitável.

Não é aceitável, desde logo, porque V. Exas. sabem, tão bem como qualquer deputado nesta Casa, e é bom que os açorianos saibam, que o Governo, fazendo a regulamentação, ela é sujeita a fiscalização política, como qualquer diploma emanado pelo Governo Regional.

E tivemos recentemente aqui um exemplo, de uma revogação de um diploma do Governo, relativamente ao glifosato, se todos se lembram.

Portanto, a última palavra será sempre, sempre, deste Parlamento e é essa a verdadeira centralidade do Parlamento.

Agora, aquilo que são as competências que nós atribuímos ao Governo dentro das balizas fixadas por este diploma, serão objeto de regulamentação por parte do Governo. E nós, enquanto representantes do povo açoriano e deputados nesta Assembleia, com os poderes que nos são conferidos pelo Estatuto Político-Administrativo, podemos, a qualquer momento, fazer essa fiscalização política e ter a certeza de que a regulação vai ao encontro daquilo que foi o espírito que está subjacente e as regras que estão subjacentes ao diploma.

Portanto, acho que é importante que fique esclarecido e que fique claro nesta Assembleia, e no debate parlamentar, que não se passam cheques em branco para se fazer o que se quer.

Todos os atos do Governo são sujeitos a fiscalização política e esta Assembleia é soberana na fiscalização política do Governo Regional.

É isso que me importa enquanto Deputado, e em nome da bancada do PSD, que fique bem claro que não haverá ausência de fiscalização política de qualquer ato do Governo, seja neste diploma, seja em qualquer outro. É para isso que aqui estamos, é essa a nossa obrigação e será sempre o nosso compromisso.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do Chega vemos com satisfação essa injeção na economia dos Açores para colmatar um problema que andamos aqui há uma data de tempo, esta semana, a discutir. Um problema grave que é nós dependermos demasiado dos combustíveis fósseis para quem percebe dos petróleos.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Painéis fotovoltaicos na Terceira!

**O Orador:** Desta vez vamos poder chegar às famílias, vamos poder chegar às empresas,...

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Quais?

**O Orador:** ... com apoio, para podermos já começar a dar esse passo em frente. Em bom rigor, posso dizer que algumas coisas foram feitas no passado. Não foram suficientes e nós continuamos dependentes dos combustíveis fósseis.

Se gostaria de ver este diploma apresentado mais cedo?

Gostaria!

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Então porque não foi?

**O Orador:** Se gostaria de ver este diploma apresentado em Comissão e ouvir os doutos especialistas e as 50 diligências que pedem, e depois esquecem-se de fazer perguntas às pessoas, também gostaria de ver isso tudo.

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito bem!

**O Orador:** Mas a vida ensina-nos que quando há urgência e quando temos uma guerra à porta, o melhor mesmo é pôr os pés a andar, porque os açorianos, os madeirenses, os portugueses em geral, vão pagar uma fatura no preço dos combustíveis, neste grande embuste que é o subir as gasolinas, é o subir o gasóleo, este grande embuste de uma carga pesadíssima de impostos que este Governo Socialista da República nos tem maltratado todos os dias, disso ninguém tem falado.

Mas quando estamos falando de uma coisa positiva para a nossa terra tem sempre um **mas**.

Eu, diversas vezes tenho dito, para cada solução há 50 problemas; para cada solução há 50 problemas!

Onde é que estão as soluções?

Eu não as vejo senhores. Tiveram tanto tempo lá. Onde é que elas estão?

Os termoacumuladorzinhos, uma coisinha aqui, um cachecol, uma manta.

Eu não entro em populismos, nem vou falar de garrafas de gás.

As pessoas têm de começar a perceber que isto de marcar passo nunca foi vida.

Ou andamos para a frente ou isto não anda.

Este trabalho que fazemos aqui de fiscalização, já é de andar com fita-colas, e com palas nos olhos, é que tem de ser feito. Nós temos que vigiar senão vai tudo parar ao sótão. Temos de vigiar.

Agora as coisas têm de se fazer. É muito bom para a economia, é muito bom para as pessoas. Vão poder ter acesso.

Serão todos, não serão todos! É a lei da vida.

Só aqueles que vão concorrer. Os senhores se eram tão espertos fizessem melhor. Tiveram oportunidade! É tão simples quanto isso! É a vida.

Agora, os açorianos têm de ouvir em casa que têm que se revoltar contra isso, que é ir-lhes à algibeira todos os dias, e de vir aqui de forma sonsa: “não, não! Isto não é bem assim”; “Não, não! Isto é bom, mas não é bem assim!”

Já não há pachorra!... Já não há pachorra!...

Revoltem-se em casa, porque já não há pachorra para se governar nesta terra, desta forma.

Há uma solução? Vamos há solução!

Quando aparecer um problema, atacamos o problema.

Cinquenta problemas, numa solução, é uma coisa de bradar os céus. Eu todos os dias vejo isso. Os senhores “caíram da burra”, aprendam que “caíram da burra”.

Agora não ponham é problemas numa coisa que esta semana toda a gente sabia que era fundamental: nós precisamos de arranjar alternativas.

Eu falei de geotermia, outros falaram de outras coisas.

Falámos de painéis solares!

Andamos a brincar, é?

Nós andamos a dizer aos açorianos: nós defendemos isto!

Mas quando é o Governo a apresentar nós já não defendemos. É isto que as pessoas em casa têm de perceber. As soluções só são boas quando vêm da vossa parte.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Que tristeza!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (Mota Borges):**  
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar de uma forma geral dar uma resposta a todas as questões que foram colocadas aqui, mas começaria aqui por uma que é a repetição daquilo que eu li no princípio e que vou reler novamente. É o seguinte:

“Os incentivos a atribuir, assim como as elegibilidades, estão genericamente definidos no PRR e foram transpostos para este diploma [e naturalmente para o futuro do DLR], razão pela qual a elasticidade do seu desenho foi limitada.”

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Mas como é que o senhor sabe que ele vai aparecer?

**O Orador:** Isto para dizer o seguinte:

De facto, nós não temos a elasticidade absoluta na configuração, nem do diploma base que aqui está em apreciação, nem o teremos no DRR que depois se seguirá.

Em segundo lugar, também relativamente ao DRR, naturalmente, e na sequência daquilo que o Sr. Deputado Bruto da Costa disse há pouco, e também na sequência daquilo que foi introduzido aqui no fim, antes do intervalo, nós não podemos trazer um DRR desenhado e pronto, antes do DLR estar aprovado, tanto mais que não sabemos se ele vai ser aprovado com a configuração que cá veio, ou se vai ser sujeito a alterações aqui que serão propostas, votadas e passarão ou deixarão de passar.

Portanto, o DRR irá aparecer a curto prazo, provavelmente até irá ao próximo Conselho de Governo, portanto não é a questão que vai introduzir qualquer atraso significativo pela simples razão que, como lhe disse antes, a elasticidade para a sua composição não é grande e, em segundo lugar, no próximo Conselho do Governo será apresentado e eventualmente, se estiverem todos os membros do Governo de acordo, irá ser aprovado.

Relativamente a nomes (eu tinha-me esquecido), relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Vílson (tinha-me esquecido de anotar a questão, ela é relativamente simples, qualquer um de nós tem acesso a esses valores), o que lhe posso dizer é que os valores que nós tínhamos, alguns tinham passado pelas nossas mãos, eram na ordem dos 750 euros por quilowatt de painel.

Portanto, existem painéis para todos os gostos, para todas as dimensões, para todas as capacidades, mas para nós interessava-nos saber, por unidade de

energia debitada, quanto é que custava e saber se aquilo se encaixava dentro daquilo que eram os valores que tínhamos disponíveis e que estávamos com a disponibilidade de fornecer aos candidatos.

Portanto, os 1.500 euros era um valor que resultava tão simples como a visão dos 19 milhões por aquilo que é o objetivo do PRR, que é os 2.6 megawatts. Portanto, os 1.500 euros por quilowatt, segundo as nossas contas, são ainda o suficiente para adquirir o painel de 1 megawatt, e também associar tudo aquilo que são as estruturas necessárias para o instalar e pôr a produzir.

Portanto, ao fim e ao cabo, dando a resposta relativamente àquilo que é o custo do quilowatt do painel, anda à volta, neste momento, no continente, de 750 euros.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Preço de comércio ou preço industrial?

**O Orador:** Portanto, isto só em termos de números genéricos eu penso que é o suficiente para transmitir ou dar uma resposta à questão que colocou.

Depois, relativamente a uma outra questão que colocaram, que é a diferenciação entre as empresas. A diferenciação entre as empresas que se candidatam, naturalmente uma grande empresa tem direito a algo que uma pequena não tem, pela simples razão de que o subsídio a atribuir está indexado à potência contratada com a EDA.

Portanto, quem tiver 3.5 kVA contratados, tem direito a 3.5 vezes os 1.500; quem tiver 9 ou 7, penso que é 6.9 no outro escalão, é isso vezes os 1.500 euros que estão estabelecidos.

Portanto, genericamente os números são esses e é por aí que se faz a diferenciação entre aqueles que têm exigências grandes de consumo, têm direito a mais painéis, e aqueles que têm um consumo mínimo e que a contratação da potência mínima é suficiente, e têm, enfim, direito a uma participação menor e têm necessidades menores relativamente à substituição de fontes.

Eu estive aqui a referir valores, e estes valores que eu referi de 750 por quilowatt, eram valores, no continente, ontem; aqui nos Açores, provavelmente

terão alguma diferença, e estes valores, naturalmente terão uma escala se o conflito na Europa também não se dissipar a curto prazo.

Portanto, são valores que é bom que tenhamos a ideia de que podem ser voláteis e, portanto, quanto mais depressa nós nos mexermos no sentido de conseguir pôr este sistema a funcionar, melhores resultados poderemos ter.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** O PRR Não nasceu hoje!

**O Orador:** Relativamente a uma questão muito simples, também um aparte que não tem especial interesse, o Sr. Deputado Francisco César referiu aqui as questões relacionadas com a eficiência dos painéis, eram questões e formas completamente diferentes das da Sra. Deputada Sandra pela simples razão de que uma coisa é a eficiência de um painel face ao sol que recebe, portanto os 30% só podem ser isso, presumo que era disso que se estava a referir, mas nós, nas nossas contas, não entramos em linha de conta com essa relação. Portanto, interessa-nos saber o que é que o painel debita em termos nominais, em termos máximos, se tem um rendimento de 10, 20 ou 30%, isso depois é uma questão comercial que cada um depois paga mais por um mais eficiente...

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Não é nada! Não é uma questão comercial, peço desculpa, mas não é!

**O Orador:** ... e paga menos por um menos eficiente.

Portanto, penso que a resposta que dei à Sra. Deputada Sandra era aquela que era relevante, a outra penso que foi apenas uma falha de entendimento da parte do Sr. Deputado Francisco César.

Relativamente às perguntas, penso ter respondido genericamente àquilo que eram as principais.

Se houver mais alguma que surja, pois por favor, coloquem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Quem foi ouvido!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Ó Vílson foste dizimado!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente da leitura deste DLR, eu percebi que havia fragilidades, havia omissões, havia situações que mereciam ser esclarecidas e que, no meu entender, não obstante algumas que identifiquei, admito que existam outras que possam e devem ser acauteladas em DRR.

No entanto, devo dizer que daquelas que identifiquei, arranjei soluções, porque, conforme o diploma era apresentado inicialmente, não previa a utilização de baterias nos dispositivos e eu acho que é básico que as baterias possam e devam estar incluídas nos dispositivos, até porque há principalmente dois modelos distintos de utilizadores: o utilizador doméstico que, em grande parte, vai precisar das baterias, porque num casal é normal que mulher e marido estejam a trabalhar e que só ao final do dia precisam de energia, portanto, nesses casos, especificamente será muito necessário o apoio das baterias para armazenar a energia durante o dia e gastá-la ao final do dia.

No caso das empresas, se calhar, nem tanto. O foco será mais na capacidade instalada de produção, porque é durante o dia que fazem os maiores consumos.

Portanto, é necessário acautelar e prever alteração, conforme a proposta que eu fiz, para prever a possibilidade de adicionar as baterias a esses equipamentos, tanto mais que, e daquilo que me foi dado a perceber do trabalho que fiz de investigação, existem no mercado basicamente *kits* onde já contemplam as situações, *kits* com baterias e sem baterias, o que dá aqui uma flexibilidade de

escolha relativamente àquilo que foi o perfil do utilizador que é necessário acautelar.

Portanto, na minha proposta de alteração acautela-se essa situação. Portanto, e conforme disse o Sr. Deputado Francisco César, a regulamentação a nível do PRR não impede a utilização de baterias, por isso é que elas constam aqui da minha proposta de alteração.

Inclui, porque não incluía, no diploma inicial, os custos de instalação. Faz todo o sentido que eles estejam incluídos, porque o painel não é propriamente uma varinha mágica ou uma bateadeira que se compra para casa. Não! Carece de uma instalação, por um técnico certificados e por isso faz todo o sentido que a instalação esteja incluída naquilo que é o *pack* da instalação do equipamento.

Faz todo o sentido ainda uma proposta que fiz no sentido de que as candidaturas, em termos de capacidade a instalar, não exceda aquela que é a utilização a que o utilizador tinha nos últimos tempos, ou seja, que a utilização prevista seja indexada àquilo que é o histórico dos últimos seis meses para evitar açabarcamentos de capacidade de instalação, portanto, também acautelei essa situação.

Acautelei também a questão de haver uma situação que já foi aqui amplamente levantada como sendo um problema, e bem, que é a possibilidade de haver duas ou três grandes empresas a nível regional que açabarcassem toda a capacidade que se pretende com esses 12,6 megawatts, porque, entretanto, limita a 80 quilowatts o acesso nos primeiros dois anos e só a partir daí se assim se justificar poderá pensar-se noutra solução.

Assegurei também um outro elemento que me parece determinante que é, o aparelho durante a vigência dos seis anos, em que tem que estar a funcionar, esteja coberto por alguma garantia que permita que os utilizadores...

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeço que termine.

**O Orador:** Já termino, Sr. Presidente.

... que adiram a esses sistemas estejam protegidos por uma garantia de fabrico, porque pode ocorrer uma situação de que após os 5 anos de garantia obrigatória, que o cliente, ou o utilizador, fique exposto à possibilidade de ter que repor o equipamento a funcionar durante um ano a expensas próprias. Também ficou acautelado.

Com base nisso, também um outro assunto que ia dizer, mas que já foi referido pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, se efetivamente a regulamentação que decorrerá no seguimento da aprovação desse DLR, se não estiver de acordo, estaremos aqui novamente com a centralidade do Parlamento para corrigir as situações que assim não nos pareçam que estejam claras e devidamente esclarecidas e justas para com aquilo que é o objetivo dessa importante medida, a nível estrutural, para o desenvolvimento da Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho estado aqui a acompanhar o debate sobre esta proposta e, para participar no debate, há algumas coisas que eu gostaria de tornar claro.

Da parte do Grupo Parlamentar do PS, nós concordamos com o sistema de incentivos à aquisição de painéis fotovoltaicos. Sim, concordamos.

Concordamos que se gastem 19 milhões de euros nesse tipo de sistema de incentivo? Sim, concordamos. Até mais, se for possível.

Mas o problema é que na forma como esta proposta está elaborada, e até ao momento aquilo em que foi possível analisá-la, ela garante, seguramente, que se gastem 19 milhões de euros. Ela não garante que esses 19 milhões de euros façam a diferença, para melhor, na poupança das famílias e das empresas, na abrangência do diploma, na transição energética e na coerência global do

sistema energético regional. Isso, esta proposta não garante; isto, as propostas de alteração que surgiram, até ao momento, também não garantem.

O diploma que está em análise, e permita-me com o devido respeito, Sr. Secretário Regional, o comentário que me merece é que ele foi feito ou de uma forma preguiçosa, ou de uma forma leviana, ou de uma forma incompetente.

Não é um bom diploma!

E as respostas que o Sr. Secretário deu até ao momento sobre esta matéria, só provam que o senhor não estava, nem está preparado para discutir este diploma em plenário,...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Na sua opinião!

**O Orador:** ... com processo de urgência.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Um dos aspetos nos quais este diploma revela que foi feito à pressa e o que pretende é gastar 19 milhões de euros, mas não, seguramente, fazer a diferença do ponto de vista de transição energética, é o critério que o Sr. Secretário consagrou na sua proposta para aferir, no fundo, se o diploma dá um contributo para o abrandamento do processo de alteração climática.

E qual é esse critério?

Não é a injeção em rede de energias renováveis!

Não é o aumento daquilo que é o autoconsumo!

Não!...

É, pura e simplesmente, o aumento da capacidade instalada.

Então porque é que o Grupo Parlamentar do PS não apresenta uma proposta de alteração para esse ponto de vista?

Porque há dados que, para essa proposta de alteração ser bem feita, nós não temos neste momento, nem temos tempo para os alcançar. Por exemplo, nós

sabemos que, do ponto de vista de produção de energia, a partir de energia fotovoltaica, nós temos uma produção na Região que, segundo os últimos dados disponíveis pelo SREA, ascende acerca de 1.851 megawatts, sendo 1.534 de produção industrial e 316 de microprodução.

Mas nós não temos os dados que permitem distinguir, dentro desta microprodução, aquilo que é a partir de agregados domésticos e aquilo que é a partir de instalações industriais.

Esse dado é relevante. E é relevante, porquê? Porque, no caso das instalações domésticas, o que senhor tem é que, durante o dia, e da maneira como o diploma está formulado, este diploma vai significar um desperdício de recursos e não o alcance do seu objetivo.

O senhor ao não prever aquilo que é a capacidade de abastecimento em baterias, ao contrário daquilo que diz o PRR, e aí o senhor está a contradizer-se, revela impreparação para discutir este diploma. Este diploma prevê a produção, a partir de energia solar, durante o dia, exatamente quando as famílias consomem menos energia elétrica, e não lhes permite o armazenamento para gastar durante a noite, exatamente quando as famílias necessitam de mais energia elétrica e gastam mais energia elétrica.

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Secretário, o diploma por estar mal formulado, mas sobretudo por V. Exa. não estar preparado para dar as respostas que levam a uma discussão eficaz e útil, leva a que ele possa oscilar entre essas duas situações, ambas profundamente negativas para aquilo que se devia alcançar.

Permite, por exemplo, que se caia nesta situação que lhe acabei de referir, o objetivo e o critério do diploma não deveria ser a questão do aumento da capacidade instalada, mas devia ser a introdução na rede, ou então cai num outro extremo, também ele negativo, que é o facto de haver 3, 4 empresas, ou 3, 4 grupos de empresas, que esgotam a capacidade financeira do sistema de incentivos, e que vão fazer não é uma transformação – conforme já foi

salientado aqui pelo Sr. Deputado Nuno Barata – do perfil de produção e de consumo, mas é apenas resolverem a sua capacidade, o seu autoconsumo e injetarem o resto na rede. Porque há uma questão que o senhor esquece. O senhor parte de uma definição neste diploma de autoconsumo que é apenas para o consumo que as famílias fazem. Isso não é verdade, Sr. Secretário. V. Exa. não se preparou para a discussão deste diploma, porque autoconsumo não é isso.

O autoconsumo, naquilo que é o Regulamento da Entidade Reguladora do Sistema Elétrico, que rege essa matéria, o que diz é que um autoconsumidor individual é, e cito:

“Um autoconsumidor que produz energia renovável para consumo próprio na sua instalação, situada no território nacional, e que pode armazenar ou vender eletricidade com origem renovável de produção própria, desde que para os autoconsumidores de energia renovável não domésticos, essas atividades não constituam a sua principal atividade comercial ou profissional”.

Da maneira que este diploma está feito, não acautela a situação da sua subversão completa.

Isso é ilegítimo? Não, não é ilegítimo!

Mas é isso que se pretende? Não, não é isso que nós pretendemos.

O que nós pretendemos é, exatamente, que este diploma sirva para fazer uma transformação de base e que abranja, sobretudo, aqueles que neste momento têm maiores dificuldades.

Sr. Secretário, o senhor diz que 1.500 euros até dá para todas as despesas inerentes, não só à instalação, mas àquilo que está envolvido – foi isso que eu percebi. Percebi, das suas informações anteriores.

Sr. Secretário, o senhor não leu a proposta que subscreve para apresentar a este plenário.

O senhor esgota completamente a possibilidade de concorrer a algo mais que não sejam as despesas de aquisição, nem sequer de instalação.

Leia o que o senhor escreveu nesse diploma.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Leia também!

**O Orador:** Sr. Secretário, no artigo 4.º, n.º 3, o que o senhor diz é o seguinte:

“Para efeitos dos sistemas de incentivos objeto do presente diploma, consideram-se como despesas elegíveis os custos de aquisição...”. São só aquisição.

Sr. Secretário, se juntar isto com a questão do critério do aumento da capacidade instalada, está a armado um caldinho para que isto não dê certo.

Isso é ilegal? Isso é ilegítimo?

Pode não ser. Mas, exatamente por essa proposta ter sido mal formulada, preparada de forma leviana, incompetente, é que pode levar a isso. E nós não queremos que isso aconteça.

Por isso, é que nós gostaríamos que o diploma descesse à Comissão. E, por isso, é que o Grupo Parlamentar do PS apresentou um requerimento para que o diploma descesse à Comissão.

Sr. Secretário, o senhor invoca o PRR. Vamos esclarecer uma coisa: o PRR tem a formulação que tem, não porque o Governo anterior o negociou dessa maneira, mas porque os senhores concordaram com aquilo que está no PRR, porque tiveram tempo para o alterar e não o alteraram.

**Deputada Ana Luís (PS):** Exatamente!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Se assim fizeram por incompetência, por esquecimento ou por incapacidade, não interessa. Está da maneira como está porque os senhores concordaram com ele.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Sr. Deputado João Bruto da Costa, Sr. Secretário Regional:

A solução, neste momento, que os senhores apresentam, é a seguinte:

Bom, então vamos a ver a centralidade do Parlamento. Se, porventura, o Governo fizer alguma coisa que não está bem feita, cá estaremos nós para revogar.

Então, e os empresários lá fora? E as famílias?

E as famílias que estão lá fora e não sabem? Mas espera lá. Eu não vou recorrer a isso, porque eu posso ter que devolver o dinheiro. Se o Parlamento decidir que está mal feito o que o Governo fez, eu tenho que devolver.

E a certeza? E a segurança jurídica? Onde é que está?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** E onde é que ela está todos os dias?

**O Orador:** Ó senhor, pelo amor de Deus.

Os senhores não aprenderam, desde outubro de 2020, aquilo que nós já aprendemos.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Aprenderam a muito custo!

**O Orador:** Não basta os números! Não basta ter a maioria!

É preciso justificar e convencer as pessoas de que a solução tem mérito e os senhores ainda não aprenderam isso, o que já revela muito dos vícios velhos em que já estão a incorrer.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu lamento dizer-lhe isso. Mas esta proposta não está em condições para ser votada por este Parlamento. E não está em condições para ser votada por este Parlamento não é por os Deputados não terem feito o seu papel, é porque o senhor não fez o seu papel. O senhor não se preparou para este debate e agora quer esconder-se atrás da maioria absoluta que sustenta este Governo, para conseguir fazer passar uma proposta que está mal preparada, de forma leviana e de forma incompetente.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Na sua opinião!

**O Orador:** Da nossa parte nós não pactuamos com isso.

Portanto, vou dar entrada na Mesa de um requerimento em que se requer que este diploma baixe à Comissão competente, com um prazo para emissão de parecer até ao dia 10 de abril, perfeitamente a tempo do próximo plenário e de ser decidido no próximo plenário.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Neste momento o Sr. Deputado entrega um requerimento na Mesa de baixa à Comissão)*

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Ao abrigo do artigo 134.º, conjugado com...

Sr. Deputado Pedro Neves, para?

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** Um intervalo regimental...

Conjugando o artigo 134.º com o 87.º, terei que colocar o requerimento imediatamente à votação, para que o diploma baixe à Comissão competente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** Obrigada, Sr. Presidente.

O requerimento colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM e 1 voto contra do Deputado Independente.

**Presidente:** Muito bem! Tendo sido aprovado o requerimento o diploma baixará à Comissão competente.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

*(Pausa)*

Peço desculpa. Não há declarações de voto orais. Tem razão! Pode ser feita por escrito, não orais.

Avançamos na nossa Agenda. O ponto 22, o autor, o proponente, a Iniciativa Liberal retirou o pedido de urgência.

Portanto, a iniciativa baixará também à Comissão competente.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, para uma interpelação.

**Presidente:** Faz favor, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

**Presidente:** Sim senhor. Atendendo à nossa hora, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço e regressamos às 15h00.

*Eram 12 horas e 47 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos, com a Agenda.

*Eram 15 horas e 07 minutos.*

Entramos no ponto 24 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 98/XII – “Recomenda ao Governo Regional a intervenção em conversações entre a AMISM e a**

**TERAMB, no objetivo de aproveitar a capacidade de incineração sobran­te da CVE na ilha Terceira”.**

É uma iniciativa apresentada pelo Sr. Deputado Independente. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo (a bancada está um bocadinho vazia):

O Projeto de Resolução que aqui apresento, e para o qual é pedida a urgência e dispensa de exame em Comissão, tem como objetivo aproveitar todo o trabalho que foi feito em Comissão, relativamente a este assunto, e outros que versam sobre a mesma matéria, e aproveitando essa informação e o facto dela ser bastante recente, reavaliar aquilo que é uma decisão que, no meu entender, deve ser repensada.

A quantidade de resíduos produzidos em São Miguel, por si só, devem motivar uma atenção redobrada sobre este assunto, porque estamos a falar de uma pegada ambiental que vamos deixar aos nossos filhos e aos nossos netos, e como responsáveis que somos, devemos intervir, na medida do possível, para minimizar o impacto dos resíduos em São Miguel.

Desta forma, face a este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, aproveitando efetivamente toda a matéria que está perfeitamente atualizada, e no meu entender pronta a ser discutida sobre este assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Pergunto se há inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sra. Secretária.

**Secretária:** O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado o pedido de urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Conforme disse mesmo agora, o problema dos resíduos em São Miguel merece uma profunda reflexão e uma gestão adequada e rigorosa àquela que é a quantidade produzida de resíduos em São Miguel.

Temos consciência de que boa parte dos resíduos produzidos em São Miguel não têm enquadramento em reciclagem. Temos também a noção de que uma parte desses resíduos que não têm enquadramento como reciclagem, têm um alto valor energético, e aproveitando que a incineração feita na ilha Terceira, por aquilo que são números públicos, tem sido realizada com base na adição de um percentual muito elevado de resíduos que são recicláveis, aqui o objetivo desta minha proposta é, dentro do possível da capacidade que poderá sobrar da capacidade de incineração da incineradora da ilha Terceira, eliminar alguns dos resíduos que têm sido queimados ou incinerados, resíduos que são recicláveis, e aproveitar essa sobra de capacidade de incineração para incinerar resíduos produzidos em São Miguel. Resíduos esses, como eu disse também, são resíduos que em parte são os refugos que não são enquadráveis na reciclagem e que à distância de uma ligação marítima entre duas ilhas, podemos resolver aqui dois problemas:

Primeiro, aumentar os valores reciclados relativamente à ilha Terceira, e relativamente a São Miguel diminuir o volume de resíduos que vão atualmente ainda para a célula que está atualmente ativa em São Miguel.

Isso poderá constituir um importante passo da nossa parte, será também uma situação que poderá funcionar de forma experimental, porque, considerando a

eventual possibilidade de se vir a construir uma incineradora em São Miguel, não exclui a possibilidade de, de uma forma dinâmica, aproveitar os recursos existentes entre as duas ilhas, se for caso disso, se chegarmos à construção da incineradora em São Miguel, porque também ainda assim, e temos que ter consciência disso, o aumento brutal de custos de produção já põe em causa se será possível construir a incineradora em São Miguel pelo preço que estava estipulado em sede de contrato, porque bem percebemos que aquilo que era uma realidade há pouco tempo, poderá não ser dentro de um ano ou de um ano e meio.

Portanto, podemos estar aqui perante uma situação em que efetivamente a construção da incineradora poderá até não ser uma realidade e se até lá tivermos instalado um mecanismo que permita que boa parte dos resíduos produzidos em São Miguel possam ser incinerados na ilha Terceira, estaremos aqui a dar um passo importante em termos ambientais e, aproveitando fundos comunitários, com certeza não seria difícil, muito menos impossível, com certeza, arranjar uma solução, com enquadramento nos fundos comunitários, para a aquisição dos contentores necessários para o transporte desses resíduos, e poderíamos ter aqui uma situação do ponto de vista muito interessante, em termos de rentabilização e em termos de devida utilização, ou devido destino, aos resíduos produzidos nos Açores.

Isso poderá, com certeza, constituir uma aproximação às metas de reciclagem e às metas a que estamos sujeitos a nível europeu, e que, como todos nós sabemos, já é um processo que está bastante atrasado em termos do cumprimento dessas metas.

Deixo assim, por essa razão, à consideração das Sras. e dos Srs. Deputados, este Projeto de Resolução que aqui apresento, e estou em crer que a aprovação deste mecanismo seria muito importante, seria também uma responsabilidade que nós, enquanto decisores políticos, estaríamos a tomar de forma consciente para ajudar a resolver os problemas ambientais nos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este tema, naturalmente, já foi vastamente debatido durante esta sessão plenária, e já está de alguma forma até esgotado, do ponto de vista do argumentário. Ainda assim importa destacar dois ou três aspetos que me parecem ser importantes, o primeiro dos quais, do ponto de vista da disponibilidade para conversações que é levantada na exposição de motivos desta iniciativa.

Como sabem, e como referi também já nesta sessão plenária, tive oportunidade de reunir no dia 19 de janeiro de 2021, com a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, na presença dos senhores seis Presidentes de Câmara, e também da MUSAMI, a administração da MUSAMI, e, no dia 1 de fevereiro de 2021 reuni também com a administração da TERAMB.

No âmbito destas duas reuniões foi possível tirar duas conclusões, a primeira das quais que a AMISM já tinha tomado a sua opção em relação à gestão de resíduos na ilha de São Miguel; a segunda, de que a TERAMB estava, neste momento, a trabalhar no limite das suas capacidades.

A Central de Valorização Energética da ilha Terceira está licenciada para operar com 40 mil toneladas por ano. Pode variar essa capacidade em 20%, sem ter que rever a sua licença. Portanto, pode ir até às 48 mil toneladas.

Em 2018, incinerou 45.512 toneladas; em 2019, 41.763 toneladas, e em 2020, 44.525 toneladas.

Estes, Sr. Deputado, é que são os números, e são públicos, e, portanto, em relação a este considerando e havendo necessidade de aproveitar uma capacidade sobranete, isso não se verifica.

Não há capacidade sobranete.

Aliás, isso mesmo foi também corroborado no âmbito das audições em comissão.

O Sr. Presidente da MUSAMI disse que a TERAMB não tem capacidade para tratar mais resíduos, ou seja, o encaminhamento que é possível fazer já está a ser feito. Já partem de São Miguel para a Terceira um conjunto de fluxos de resíduos, nomeadamente resíduos agrícolas; são também enviados subprodutos de origem animal e a senhora administradora da TERAMB disse nessa audição que, e cito:

“De momento estão temporariamente a receber resíduos de subprodutos animais de São Miguel, simplesmente como solução temporária até São Miguel ter as suas unidades prontas e a funcionar. Não é de todo intenção da TERAMB continuar a receber, até porque tal iria afetar a capacidade de resposta”.

Desta forma, para além de ser extemporânea esta iniciativa, no âmbito das discussões que já foram tidas nesta sessão plenária, é também desapropriada, porque parte desse princípio que existe uma capacidade sobranete de incineração que não existe, e por outro lado, por fim, mas não menos importante, aprovar esta iniciativa representaria, seguramente uma ingerência naquelas que são as competências próprias das autarquias e das opções tomadas legitimamente por essas autarquias da Terceira e São Miguel, algo que obviamente o Governo Regional não tem qualquer intenção de fazer, e que este Parlamento, naturalmente, também não deveria associar-se.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(A Deputada Elisa Sousa foi substituída na Mesa pelo Deputado Paulo Silveira)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sei que há bocadinho houve mais manifestações para intervir, mas eu não tomei nota, peço desculpa. Houve aqui um ligeiro problema na Mesa e eu não consegui tomar nota das Sras. e Srs. Deputados que pretendiam usar da palavra. Peço que se reinscrevam. Foi só o Sr. Secretário?

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu tomei conhecimento das explicações da Sra. Administradora da TERAMB; tomei bom conhecimento das explicações da Sra. Administradora.

Obviamente que posso concordar com elas, ou não.

A Sra. Administradora da TERAMB mostrou, na sua exposição, que os resíduos minerados tinham melhor produção energética do que refugos.

Isso até pode ser visto como certo, do ponto vista técnico. Eu é que não acredito.

Atualmente, está a incinerar-se na ilha Terceira resíduos que estão em células. Faz parte daquilo que era o plano de intenções, ou dito de uma forma mais técnica, daquilo que eram os propósitos da incineradora da ilha Terceira e que cumpria aquilo que era a ação da incineradora da ilha Terceira.

Compreendo que sim. Mas também compreendo, Sr. Secretário, e o senhor já disse isso, que a longevidade da vida útil da incineradora da Terceira, afinal não são 25 anos; que pode, com base nalguma intervenção, se prorrogar no tempo mais essa utilização, ou dilatar a vida útil da incineradora da ilha Terceira.

Com base nisso, eu acho que a urgência de fazer a mineração dos resíduos que existem na ilha Terceira, não é uma urgência tão grave que não se possa de alguma forma diminuir os resíduos que estão a ser minerados, para dar espaço para fazer a incineração destes resíduos que supostamente não vão ser minerados, os de São Miguel.

Eu acho que há algum mau entendimento no meio de toda essa situação; eu acho que não há até vontade política de resolver essa situação, permita-me a crítica.

Em função disso, pois eu bem percebo que a iniciativa que aqui apresento naturalmente não vai receber o apoio do Governo, relativamente àquilo que eu recomendo, naturalmente se calhar não vai colher – vá lá – a aceitação por parte da bancada dos partidos que constituem o Governo, mas deixa-me, acima de tudo, de consciência tranquila, Sr. Secretário Regional:

Os assuntos dos resíduos, o bem-estar da nossa sociedade açoriana, não se compadece com bairrismos. Não!...

E enquanto as ilhas estiverem mais separadas por bairrismos do que propriamente pelo mar, porque o mar é que nos liga, mas acho que o que nos afasta, são os bairrismos.... A convicção que tenho, depois de ter constatado todo o trabalho que foi feito em Comissão, relativamente a este assunto, é que muito mais se podia se falar sobre o assunto, e outras soluções com certeza surgiriam, mas acima de tudo há uma carga de bairrismo em todo este processo que eu gostava que não existisse.

Essa é a minha convicção e este Projeto de Resolução ficará para memória futura, com o resultado da votação que aqui resultar em função disso, e tenho pena, tenho pena que 50 anos depois de termos uma autonomia consolidada que deveria ser, e até porque pelos quase 50 anos, devia ser mais adulta, ainda estejamos aqui com fantasmas do passado, que dividiam as pessoas, e que agora deviam apenas, se calhar, manter-se mais do ponto de vista cultural do que do ponto de vista funcional.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, o que eu tenho pena é que o senhor não tenha capacidade de reconhecer que esta iniciativa é extemporânea. Não se trata de bairrismos. Quais bairrismos?

Trata-se de números.

Eu reconheço que o senhor tem legitimidade para acreditar, ou não, nas declarações do Administrador da TERAMB.

O que o senhor não tem legitimidade é para não acreditar nos números. Estes números são públicos. Em 2019, a central incinerou 41.763 toneladas.

Só 574 toneladas é que foram é que foram de mineração. Portanto, ficou muito acima das 40 mil toneladas sem a mineração.

Em 2020, a central incinerou 44.525 toneladas. Só 3.160 toneladas é que foram de mineração. Portanto, ficou muito acima da capacidade de licenciada da central.

Portanto, não há aqui qualquer dúvida.

Não há uma capacidade sobranete. Esta iniciativa é extemporânea.

Por outro lado, não há bairrismo nenhuns, muito menos falta de vontade, porque esta decisão, foi o que disse, desde o início, foi uma decisão da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel. A construção é uma decisão, é uma opção, legítima da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel.

Portanto, não há bairrismos, não há qualquer subterfúgio. Há uma questão muito simples: não tem capacidade sobrando. Está a trabalhar acima da capacidade que está licenciada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, os seus números estão certos. Incomoda-me a mim também os outros números.

Como é que em sete ilhas dos Açores consegue taxas de reciclagem tão assinaláveis e dignas de registo, e na ilha de São Miguel e na ilha Terceira conseguem-se níveis de reciclagem, e permita-me a expressão, que até metem dó. Enquanto micaelense até me envergonho.

Eu não vejo comportamentos de práticas de colocação de resíduos no Faial e no Pico que sejam diferentes daquilo que eu vejo na minha terra.

No entanto, eu vejo níveis de reciclagem absolutamente diferentes entre as sete ilhas, que são um exemplo, e as outras duas ilhas que são um exemplo, mas pela negativa.

Sinceramente, quando as coisas acontecem desta forma, de um povo que foi educado mais ou menos da mesma forma, ou da sensibilização social que é feita mais ou menos igual nas ilhas todas, como é que em sete ilhas consegue-se um resultado, e noutras duas ilhas consegue-se os resultados que estão à vista?

Portanto, esses números são difíceis de explicar, Sr. Secretário Regional, e a dificuldade de explicar esses números é que me leva a crer que há de haver soluções para que a gestão dos resíduos a nível regional seja uma coisa que seja mais ou menos igual. Eu admito que nunca será igual de ilha para ilha, mas muito mais parecido do que temos aqui, são números abismalmente diferentes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

(\*) **Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Furtado, vou dar-lhe mais alguns números.

Nessas sete ilhas onde o senhor diz que as taxas de reciclagem são elevadas, e são, é um facto, a quantidade de resíduos vai de 242 toneladas no Corvo, a 6.746 toneladas no Faial.

Nada tem a ver com mais do que 80.000 toneladas em São Miguel.

A triagem feita nestes centros de processamento de resíduos é uma triagem manual, uma triagem fina.

Quando as quantidades são muito superiores, como no caso de São Miguel e da Terceira, a triagem é uma triagem mecânica, usando separadores balísticos, usando ímens industriais. Não é uma triagem manual, daí que não seja nunca possível conseguir fazer e alcançar os valores que são alcançados nos centros de processamento de resíduos, porque esses valores não são alcançados em lado nenhum que tem estas quantidades de resíduos.

É simples. Esta explicação é muito simples.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado** (*Indep.*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, pelas explicações que o senhor acabou de me dar, e que eu aceito como válidas, obviamente, até porque foram bem explicadas, então

temos aqui uma situação complicada, que é, a falta de escala nas ilhas pequenas no processo de separação de resíduos, é uma mais-valia.

Agora, o facto de haver escala em São Miguel e não ser possível fazer esse tipo de rastreio dos resíduos recicláveis, leva a que o sistema que é utilizado em São Miguel não é eficiente.

Agora pergunto: porque é que não se torna o sistema, em São Miguel, eficiente?

Porque há muitos resíduos!

Então se há muitos resíduos, tem de haver muita gente a separar resíduos. É tão simples como isso.

Portanto, se o sistema não é eficaz por falta de mão-de-obra, e se há desemprego nessa terra, pois que se arranje trabalho para as pessoas, fazendo um sistema de separação de resíduos, mais fino e mais rigoroso, para que se consiga atingir os outros números que se consegue atingir nas sete ilhas.

Portanto, eu acho que isso é fácil de perceber.

**Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Lamentável!

**O Orador:** Portanto, aquilo que o senhor identifica é uma realidade, com certeza.

O sistema é feito de uma forma mecânica não é tão eficaz como o manual, agora não é uma inevitabilidade que nas ilhas pequenas se possa fazer de uma forma mais ou menos manual, ou de forma manual, e que nas ilhas grandes não se possa fazer de outra forma que senão da forma mecânica.

É inviável do ponto de vista económico?

É! Mas se o é em São Miguel, também é nas outras ilhas, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 98/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 98/XII foi reprovado com os votos 25 votos contra do Partido Socialista, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do CH, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN e 1 voto a favor do Deputado Independente.

**Presidente:** Muito obrigado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão escreveu-se primeiro, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto?

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não! Era para pedir um intervalo regimental, mas só peço depois de estarem concluídas as declarações de voto, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sim senhor. Então tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com orgulho que apresentei este Projeto de Resolução aqui, nesta Casa, que teve o resultado de votação que não está muito diferente daquilo que esperava, mas também é com orgulho que fico à espera do dia de ter razão.

As coisas muitas vezes levam tempo, mas há de chegar ao dia em que se comprove efetivamente a gestão dos resíduos nos Açores, atualmente ainda não é feita da forma que devia ser feita.

À minha consciência nada devo e aos açorianos, relativamente a este assunto, também nada devo.

A nossa região deverá ficar conhecida pela boa gestão dos seus recursos naturais, mas também pela boa gestão do destino que dá aos seus resíduos.

A votação que resultou desse Projeto de Resolução, no meu entender, não reflete essa boa gestão dos resíduos.

Esse assunto, para mim, neste modelo, está terminado.

Lembro que é a segunda vez que trago este assunto, ou de uma forma semelhante, porque a primeira vez trouxe e enquanto representava um outro partido. Entretanto, este projeto foi retirado, por falta de sensibilidade do Deputado que agora representa esse partido, e não podia de forma nenhuma abandonar aquilo que tinha sido uma intenção minha, que era contribuir para uma melhor gestão de resíduos nos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, mantém a intenção de pedir um intervalo?

Faz favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

**Presidente:** Trinta minutos? Regressamos às 16h05.

*Eram 15 horas e 35 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 07 minutos.*

Relativamente ao ponto 26 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 99/XII**, o proponente retirou o pedido de urgência. Portanto, a iniciativa baixará à Comissão competente.

Avançamos para o ponto 28 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 100/XII – “Prorrogação do prazo para a apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia (CEAA)”**.

É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e do PPM e pelas Representações Parlamentares do CH, IL e PAN.

Não sei se alguém quer usar da palavra para justificar a urgência?

Penso que existem pedidos de intervenção. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado o pedido de urgência, não sei quem dos proponentes apresenta a iniciativa.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faz favor.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução que está neste momento em análise, visa, no fundo, à semelhança do que já aconteceu com a Comissão de Revisão do Regimento desta Assembleia, prorrogar o prazo para apresentação do diploma, pelo período de um ano, integrando assim os efeitos de um conjunto de acontecimentos que naturalmente acabaram por condicionar o decurso do calendário inicialmente fixado, dos quais ressaltaria nomeadamente a realização

de eleições legislativas para a Assembleia da República e, para além disso, a tomada de posse da nova Assembleia da República.

Portanto, como há matéria que têm a ver com competências da Assembleia da República, daí que se entende que há toda a conveniência em que, estabilizado e consolidada essa nova composição parlamentar na República, se possa, no fundo, seguir o nosso trabalho de aprofundamento da autonomia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Corroborando aquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também nos compete fazer uma justificação. Para além dessas eleições que referiu, houve também as eleições autárquicas, o que veio também perturbar um pouco o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão e a sua calendarização, mas parece-nos que há um conjunto de matérias que temos basicamente consensualizadas que exigem naturalmente que se possa terminar esse processo. Mas para além daquelas que foram referidas, naturalmente, dependem exclusivamente de aprovação na Assembleia da República, há outras que podemos eventualmente também trazer aqui ao plenário da Assembleia e parece-nos também importante que esse trabalho possa ser desenvolvido e estamos obviamente todos com esse espírito e com essa disponibilidade para, dentro deste prazo que foi agora prorrogado, podermos consensualizar e finalizar o trabalho no âmbito daquilo que são as matérias que estão em discussão, a que acrescem outras que também surgiram, nomeadamente lembrando o caso da Lei de Finanças Regionais que também deve ter uma discussão mais aprofundada no âmbito desta comissão, para podermos também,

de preferência ter uma motivação comum de podermos trazer melhorias e aprofundamento daquelas que são as competências da nossa autonomia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo então vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 100/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n. 100/XII, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Entramos no ponto 30 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII – “Estabelece o regime específico de aplicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que aprova a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Faça favor.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente, Sr. Presidente, é urgente que isso se faça e teria que ser neste plenário, porque não temos outro antes de 31 de março, e teríamos que ter esta legislação aprovada para que os municípios possam concorrer depois a fundos comunitários.

Depois explicarei melhor, mas é um pedido também feito pela AMRAA, que pediu ao Governo que fizéssemos esta alteração de apenas prorrogar o prazo até 31 de março de 2023.

Isso tinha que ser feito neste plenário, daí a urgência de não poder vir ao próximo plenário.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente para apresentação da iniciativa. Faz favor, Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa visa que os municípios procedam à qualificação dos seus solos e que iniciem os processos do PDM, o que devia ter sido iniciado o máximo até 31 de dezembro de 2022, tendo estes iniciado até 31 março deste ano.

Ora acontece que a Associação de Municípios fez este pedido ao Governo no sentido deste prazo ser prorrogado, até 31 de dezembro de 2023. Trata-se apenas e só da alteração de um prazo. Não estamos a legislar sobre matéria nacional, ou matéria substância da lei, mas apenas uma alteração.

Para os Srs. Deputados ficarem informados, apenas teriam oportunidade de cumprir até 31 de dezembro de 2023, o Nordeste, a Praia da Vitória, Velas e o Corvo, que aliás, é o que está mais avançado e mais adiantado.

Todos os outros 14, não conseguiriam cumprir os prazos para esta alteração da classificação e qualificação dos solos e tinha uma consequência muito grave. E qual era a consequência que teria para os municípios?

A consequência, para os municípios e para a Região, era o não acesso aos fundos comunitários, o não acesso a qualquer outro subsídio público, ou qualquer outro financiamento público, e também o não poderem fazer contratos ARAAL. Ou seja, paralisava as autarquias da Região Autónoma dos Açores, com as consequências que isto tem, quer para a própria autarquia, quer para a própria Região Autónoma dos Açores.

Por isso, a urgência e a premência que peço aos Srs. Deputados que aprovelem este diploma para que as autarquias não sejam prejudicadas e se dê mais um ano para poderem, de facto, concluir a revisão da qualificação e classificação dos seus solos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que ninguém se chega à frente...

A Iniciativa Liberal vai associar-se a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mas não sem antes dizer que lamenta o facto de as autarquias dos Açores não terem feito o seu trabalho e não o terem feito, convenientemente, tendo em conta a importância deste assunto, até, como foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, para a sua própria sobrevivência.

Isto parece-me aquela história de um pai que diz ao filho: “tens até sexta-feira para fazer esse trabalho, senão tiro-te a mesada”. E o filho, na sexta-feira, à última da hora, vai pedir ao pai, “dê-me até sexta-feira da semana que vem, porque eu andei aí entretido com outras coisas e não tive tempo para fazer isso”.

Esta é, da nossa parte, a última vez que “como pais”, damos essa possibilidade “aos nossos filhos”, passe a expressão, porque nós temos que responsabilizar, mesmo que eleitos, aqueles que não cumprem com a legislação, até mesmo para garantir, as suas fontes de financiamento.

**Deputado Joaquim Machado (PS):** Que “pai severo”!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** “Pai tirano”!

**O Orador:** Não se trata de só de garantir as fontes de financiamento, esses são instrumentos fundamentais para a gestão territorial.

Mas que mais não seja por pôr em causa o financiamento das próprias autarquias, é de uma enorme responsabilidade não terem cumprido estes prazos. Tem da nossa parte um voto favorável, mas não sem antes deixar um alerta para que façam o seu trabalho e façam-no atempadamente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A maioria dos municípios da Região encontram-se a proceder à revisão/alteração dos respetivos PDM's. Esta proposta que o Governo apresenta prevê o alargamento do prazo por mais um ano, a cada um dos prazos que estão aqui previstos.

O CDS-PP apresentou uma proposta de alteração que visa clarificar realmente o objeto desta iniciativa que é apenas a dilação de um ano dos prazos que estão previstos.

Como já disse o Sr. Vice-Presidente, essa solicitação também foi feita pela Associação de Municípios para que os municípios, ou mais municípios, possam cumprir com os prazos, porque temos o prazo de 31 de março, em que tem de ser apreciada a proposta de PDM, ou intermunicipal, e a 31 de dezembro tem de

estar para aprovação as revisões ou alterações para tornar o PDM em conformidade com a Lei de Bases.

O não cumprimento deste prazo fará com que municípios não possam aceder a cofinanciamentos de ações e, como tal, esta medida, por parte do Governo Regional, vai permitir que eles tenham mais algum tempo para poder tratar daquilo que é necessário para a revisão e alterações dos PDM.

Terminar só dizendo que acho que este prazo permite que os municípios agora consigam cumprir aquilo que está previsto para esta revisão e alteração do PDM, e, como tal, agora fica na mão dos municípios e também importa agora que estes agilizem os procedimentos necessários para que sejam cumpridos estes prazos e possam fazer as alterações e revisões destes documentos, que são muito importantes no ordenamento do território.

Muito obrigada.

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente eu não vou fazer o discurso do “pai”, porque ele já foi feito, mas não podia deixar de dizer, neste debate, que os municípios, de facto, como todos nós, têm de cumprir a lei. E quando a lei tem prazos, os prazos são para cumprir, principalmente o não cumprimento desses prazos tem consequências extremamente negativas e que fariam com que qualquer município ficasse praticamente vedado a fazer investimento com recurso a fundos comunitários. Esse alerta tem de ser feito.

Eu, enquanto membro de um Parlamento e legislador, tenho essa responsabilidade também de zelar pelo cumprimento da lei, de certa forma, e, enquanto munícipe obviamente que também tenho o direito de exigir ao município, onde habito, que não só cumpra a lei, mas que reveja os

instrumentos de ordenamento do território, que não podem ficar parados no tempo.

Aliás, estes prazos servem exatamente para quebrar a inércia que existe em todo o país, relativamente à revisão dos Planos de Ordenamento do Território. Sem estes prazos provavelmente alguns seriam revistos ainda mais tarde, ou não seriam.

Isso é, de facto, grave e deve fazer-se esse alerta.

Nós iremos votar favoravelmente a proposta, porque as consequências seriam por demais negativas para a população, principalmente (aí é que está o problema, para a população), agora nós não iremos, de modo algum, no futuro, aceitar mais prorrogações de prazo quando nós já estamos a prorrogar, aqui, um prazo, excecionalmente.

Fica este alerta e, obviamente, um voto de confiança para que os municípios, efetivamente, ponham estes processos em andamento.

Muito obrigado.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lubélio Mendonça. Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Lubélio Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente:

Sendo esta uma iniciativa que visa fundamentalmente alargar os prazos, dando assim condições aos municípios para que os mesmos possam terminar os processos de revisão dos seus Planos de Diretores Municipais e não ficando assim prejudicados no acesso a candidaturas de financiamentos à União Europeia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta iniciativa e não poderei terminar sem dar uma palavra ao município da ilha do Corvo e ao seu Presidente, pela forma rápida e célere como fez todo esse

processo. Está terminado e está neste momento em vigor o PDM da ilha o Corvo.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, obviamente, também se associa a esta proposta e, com bom grado, vê mais uma vez o Governo Regional dos Açores a acudir aos nossos autarcas para que continuem com ferramentas legais e suficientes para estarem sempre da melhor forma a acudir às suas populações.

Agora, além dos pontos resolutivos que já foram aqui falados, e toda a gente já sabe que os municípios perderiam o acesso a fundos, entre outras sanções bastante graves, se não cumprissem estes prazos, não posso deixar de fazer aqui duas considerações.

A primeira é que nos últimos dois anos, por causa da pandemia, COVID-19, o que mais não faltou foram moratórias atrás de moratórias, para **n** coisas necessárias. E custa-me muito, sinceramente, ouvir o Deputado Nuno Barata...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Eu não disse isso!

**Deputado Francisco César (PS):** Está tentando defender o seu Presidente de Câmara!

**A Oradora:** ... chamar aos nossos autarcas de preguiçosos, aqui no Parlamento Regional.

Nos últimos dois anos, os nossos autarcas e os técnicos que os acompanham estiveram a acudir às suas populações no meio de uma pandemia e o próprio Governo da República fez os municípios saberem que estes prazos seriam flexibilizados para que, de facto, se acudisse antes as pessoas do que o investimento.

Se me perguntarem a mim se o investimento é muito necessário, claro que o investimento é muito necessário.

Se eu tiver que escolher entre acudir pessoas e fazer investimento, eu vou sempre escolher acudir pessoas primeiro, Sr. Deputado Nuno Barata.

Por isso, obviamente, que é mais do que merecido este prazo ser prorrogado, e tudo o que os nossos autarcas fazem, todos os dias, é trabalhar com afinco para cumprir todos e quaisquer prazos, por isso que, obviamente, também votaremos a favor.

Obrigada.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM:** Muito bem!  
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A mim apetecia-me a fazer um protesto às declarações da Sra. Deputada Sabrina, porque ela tirou-me as palavras da boca. *(risos)*

Realmente, numa altura em que houve moratórias para tudo e mais alguma coisa, estranho seria se não dessemos aqui, também o nosso contributo para

com os municípios, no sentido de perceber o que é que se passou nos últimos dois anos, e é preciso termos em atenção que os documentos de ordenamento do território não estão só dependentes dos autarcas, mas, sim, dos gabinetes técnicos das autarquias, que tiveram pessoas, alguns, com problemas de COVID, em casa, outros com teletrabalho.

Os próprios gabinetes que participam na elaboração desses documentos também tiveram a redução do número de efetivos e por isso não puderam realizar os trabalhos de forma atempada.

Isto tudo, obviamente, causou um constrangimento para que se chegasse ao objetivo de que os prazos fossem cumpridos.

A Sra. Deputada Sabrina, tal como eu também, já fomos autarcas, na oposição, e percebemos bem o que é a pressão que existe sobre um autarca. É que ninguém mais do que um autarca, sente a pressão todos os dias sobre as atualizações dos documentos do ordenamento do território, ou porque um quer construir, ou porque o outro quer fazer, ou porque o outro quer melhorar, ou porque o outro quer investir, e a pressão sobre as autarquias e sobre os presidentes e sobretudo os órgãos de executivo das autarquias, é de tal forma que esses autarcas não são, de forma nenhuma insensíveis à pressão que consiste na alteração e atualização destes documentos de ordenamento do território.

Por isso eu acredito que ninguém mais do que os autarcas quer ver esses documentos atempadamente atualizados, os seus prazos normais, para satisfação das suas populações, para satisfação dos investidores que pretendam investir nesses concelhos, e eu acho que nessa situação nenhum autarca merece uma chamada de atenção, quase um “puxão de orelhas”, por parte de nenhum membro desta Assembleia, porque nós aqui estamos protegidos daquela que é a pressão que normalmente existe nas autarquias relativamente a esses assuntos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça a favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM também se associa a esta iniciativa por parte do Governo Regional.

Percebemos perfeitamente os motivos e o sentido de responsabilidade que leva a apresentar esta iniciativa.

Obviamente também compreendemos, como aqui já foi referenciado, não temos esta perspetiva de “pai tirano” e percebemos perfeitamente as dificuldades que os municípios estão a enfrentar, e as circunstâncias muito específicas que enfrentaram ao longo deste ano, não foi só o Governo Regional, foram também os municípios açorianos.

Portanto, temos uma perceção dessas dificuldades e é compreensível.

Também gostava de fazer uma pequena referência em relação ao PDM da ilha da Corvo, pois eu penso que foi feito sem visão de futuro. Deixou condicionado o crescimento da Vila, estamos com problemas tremendos de habitação. Não penso que tenha sido um bom trabalho, pelo contrário. Acho que foi um péssimo trabalho e acho que deixa muito más perspetivas para o desenvolvimento da ilha do Corvo, no futuro.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Vice-Presidente, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ninguém, muito menos o Governo, e os Srs. Deputados, estão aqui para estar aqui a penalizar os autarcas ou a chamar-lhes do fórum da sua negligência. A questão não é essa.

Temos que olhar, e quem me conhece sabe que eu sou assim, as coisas com objetividade.

A objetividade é esta: os municípios estiveram seis anos para fazer isto.

Se é um facto que nos últimos dois anos tiveram dificuldades, é facto que tiveram quatro e não fizeram. Isso também tem que ser dito.

Também é verdade que só apenas cinco conseguiram, tendo o Corvo já o seu PDM concluído.

Mas também devo dizer-vos uma coisa:

A Direção Regional do Poder Local enviou uma carta a todas as autarquias, há cerca de um ano atrás, a lembrar este prazo.

Eu também não quero ser, não diria o “pai tirano”, mas há uma frase inglesa que é muito engraçada que é: *one more chance, last chance*.

É bom que as pessoas também percebam que têm um prazo e que têm que o cumprir.

Este prazo, julgo que este Parlamento, e acho que as autarquias dos Açores ficam reconhecidas ao Parlamento se aprovar esta proposta, porque vai dar-lhes tempo suficiente, mais do que suficiente, para cumprirem os seus PDM's.

Devo dizer-vos também que se não o fizerem celeremente, à medida que avança o PRR, o PO 2030, que vem, podem arriscar-se mesmo assim, quando estiverem cumpridos, a perder algum fundo, retroativamente.

Portanto, eu enfatizo a necessidade dos seus autarcas, rapidamente se empenharem, com determinação, na conclusão dos seus PDM.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Isto não é ser um “pai tirano”, é ser um “pai bom conselheiro”!

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** É ser um “bom pai”!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional do Açores.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então votar, iniciando, naturalmente, por votar o diploma na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta de DLR n.º 30/XII foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** A primeira proposta de alteração ao documento, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, é ao artigo 1.º. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A proposta de alteração ao artigo 1.º foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Coloco à votação o artigo 1.º, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** A segunda proposta de alteração, também apresentada pelo CDS-PP, é à alínea a), do n.º 7, do artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A proposta de alteração ao artigo 2.º foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação o artigo 2.º, do diploma, com a proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Obrigado, Sr. Presidente.

O artigo 2.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Artigo 3.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O artigo 3.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Proposta de DLR n.º 30/XII foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

**Presidente:** Muito bem! Está encerrado este ponto da nossa Agenda.

Avançamos para o ponto 32: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 101/XII – “Recomenda ao Governo Regional que defenda a manutenção das rotas do Faial, Pico e Santa Maria para o Continente”**.

Esta é uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência deste Projeto de Resolução prende-se, em primeiro lugar, com, por um lado, a importância que as ligações destas três ilhas, Faial, Pico e Santa Maria têm, para o continente português, e tendo em conta a incerteza que se tem vivido nos últimos meses, com especial incidência nos últimos meses, quanto à sua subsistência no futuro.

Têm sido públicas diversas dúvidas e notícias que dão conta da possibilidade dessas rotas deixarem de ser operadas pela companhia aérea açoriana, pela SATA, e consideramos que, perante o desconhecimento total deste Parlamento sobre o que é o processo de negociação do Governo Regional e da SATA com a Comissão Europeia sobre o Plano de Reestruturação;

Considerando que não sabemos o que é que o Governo Regional está a negociar e que Plano de Reestruturação, ou Planos de Reestruturação, versões do Plano de Reestruturação, têm sido enviadas para Bruxelas, consideramos que é hora, neste momento, tendo em conta a importância da matéria, deste Parlamento se debruçar sobre este assunto e debruçar-se num sentido, que é aquele sentido que o Bloco de Esquerda propõe, que o seu projeto de resolução obviamente pretende que estas rotas se mantenham.

A urgência é obviamente justificada com estes argumentos que utilizei, porque a decisão sobre o fecho do processo de reestruturação, também pelas notícias que são públicas, está para breve, e pensamos que é mais do que hora deste Parlamento se pronunciar sobre o assunto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência. Estão abertas as inscrições, no âmbito da urgência.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai associar-se, obviamente, tanto à iniciativa e aprovação da sua urgência, visto que, e acredito, a maior parte dos partidos aqui também vão

obviamente votar a favor da urgência, porque o próprio Governo vê como premente e como urgente aquilo que nós temos que discutir, que é o Projeto de Resolução, tanto porque já saiu na comunicação social, coisa do meio-dia, meio-dia e meia, que o próprio Governo quer fazer algo muito similar àquilo que está a ser pedido pelo Bloco de Esquerda, por isso não vejo qual será a justificação para não querer discutir este projeto, ao contrário daquilo que foi com o Casino, quer por acaso o Bloco de Esquerda já tinha dito antes do Governo, mas eu acredito que desta vez esse argumento não vai colocar, porque a iniciativa já existia antes do comunicado do próprio Governo.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições, neste âmbito, para justificação da urgência?

Parecendo não haver vamos pôr à votação o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 101/XII, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito bem! Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para apresentação da iniciativa.

Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2015, fazendo uma muito breve resenha histórica, sobre esta matéria, foram comunicadas à Comissão Europeia novas Obrigações de Serviço Público entre as rotas Lisboa/Horta/Lisboa, Pico/Lisboa/Pico e Santa Maria/Lisboa/Santa Maria e ainda Ponta Delgada/Funchal.

Estas Obrigações de Serviço Público, ao contrário do que é até habitual, não preveem a compensação financeira ao operador, ou operadores, que nela operem.

E tem sido, como é público, a SATA a operar essas rotas sem a compensação financeira, sem qualquer compensação financeira.

É preciso não esquecer que a SATA garante estas rotas e garante um conjunto de obrigações; obrigações que vão desde o número de lugares, do número de voos, e até de tarifas máximas aplicáveis.

Ou seja, são rotas que têm um conjunto de obrigações que uma companhia aérea tem que cumprir e isto sem qualquer compensação.

Sabendo nós que é público, e é mais do que conhecido que decorrem negociações entre o Governo, a SATA e a Comissão Europeia, relativamente ao Plano de Reestruturação, tendo em conta a difícil situação financeira que a companhia aérea passa, e também tendo em conta um conjunto de notícias públicas, que nos últimos meses têm vindo a surgir, que dão conta de que essas rotas estariam em risco, nós consideramos que o Governo, nas negociações com a Comissão Europeia, deve utilizar também como argumentação – não sei qual é a argumentação que o Governo tem usado, até porque isso não tem sido divulgado – relativamente ao estatuto de região ultraperiférica, estatuto esse previsto no Tratado de Funcionamento da União Europeia, porque estas rotas não podem, de forma alguma, ser vistas e ser utilizadas, ser avaliadas como uma outra qualquer rota comercial.

São conhecidas as afirmações, e notícias públicas também, sobre o alegado défice de exploração dessas rotas, mas estas não são rotas vulgares. São rotas de serviço público e não vou estar aqui a discutir se a rota é ou não rentável, não é esse o ponto; a questão é que estas são rotas de serviço público que servem a população de três ilhas, principalmente e que devem, em nosso entender, ser mantidas.

Eu gostaria também de dizer, nesta intervenção inicial, havendo argumentações de que este assunto é extemporâneo (é a argumentação habitual dos governos e das maiorias quando nas vésperas, ou no próprio dia, colocam notícias cá fora a dizer que o assunto, afinal, já está a ser resolvido), que estou precavendo essa argumentação de uma forma muito simples:

Esta proposta o que pretende, acima de tudo, é dar força ao Governo. Pode parecer estranho, mas é o que pretende. Pretende dar argumentos e pretende dar o peso político de uma recomendação deste Parlamento para as negociações que o Governo está a fazer com a Comissão Europeia e, pretende dar força ao Governo, para as negociações que tem de fazer com o Governo da República relativamente às Obrigações de Serviço Público que eventualmente vierem a ser lançadas.

Já depois desta iniciativa ter sido anunciada por nós, surgiram notícias de que a SATA continuará a voar durante mais um ano para estas rotas.

Hoje, ainda, como já foi dito pelo Deputado Pedro Neves, na hora de almoço, surgiu uma notícia, aliás, até com citações, troca de correspondência entre o Presidente do Governo e o Gabinete do Primeiro-Ministro, certamente fonte de um dos dois Governos (não fui eu, nem o Bloco de Esquerda) certamente a ter essa correspondência.

**Deputado Francisco César (PS):** O Governo da República está atento ao plenário!

**O Orador:** Certamente que o Governo da República estaria atento ao plenário, Sr. Deputado Francisco César. Certamente que estaria atento ao plenário!

De facto, ainda bem que esta iniciativa surgiu, porque a incerteza que estava a deixar muita gente preocupada, começa a dissipar-se. Não temos certeza sobre o que é que vai acontecer, mas pelo menos começa a haver, não digo transparência, mas o nevoeiro começa, de certa forma, a dissipar-se.

Quando nós não tínhamos informação nenhuma, agora já temos troca de correspondência, ou citações de troca de correspondência, entre o Gabinete do Governo e do Primeiro-Ministro, nos jornais. E isso já é alguma coisa.

É certo que não temos o Plano de Reestruturação, e esse já sabemos também que não vamos ter acesso, mas para alguma coisa esta iniciativa já serviu.

Termino dizendo que o que se pretende é que o Governo, nas negociações com a Comissão Europeia, faça valer e não desista desta matéria, fazendo e utilizando o nosso estatuto de Região Ultraperiférica para fazer finca-pé com esta matéria e bater o pé à Comissão Europeia, dizendo que estas rotas não são negociáveis para os Açores; não podem ser vistas, nem tratadas, como uma rota comercial qualquer.

Em segundo lugar, o Governo tem obviamente de negociar e tem de exigir, neste caso, ao Governo da República, que lance concurso público para Obrigações de Serviço Público para estas rotas e que naturalmente estas novas Obrigações de Serviço Público prevejam uma compensação financeira à companhia aérea, porque não se pode pedir a uma companhia aérea que cumpra um conjunto muito vasto de obrigações e depois não lhe dar nada em troca, porque obviamente que a probabilidade destas rotas se tornarem deficitárias, ou serem deficitárias, assim, é muito maior.

Termino apenas dizendo, espero eu, que o Governo não aceite, nem enverede por aquilo que algumas pessoas até gostariam, que é uma liberalização de alguma, ou de algumas, destas rotas.

Esse seria um erro. Um erro muito grave, porque essa suposta liberalização, aliás, à semelhança de outras pseudolibertações, levariam a outro tipo de compensações, com prejuízo para as populações e, no fundo, o contribuinte continuaria, ou iria pagar, porque neste momento não paga, essa liberalização do seu bolso.

Disse.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições e está inscrito o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia, a quem dou a palavra. Faz favor.

(\*) **Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia** (*Mário Mota Borges*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A política de transporte aéreo constitui um instrumento fundamental para o desenvolvimento de todas as ilhas dos Açores e para o fortalecimento da unidade regional.

A descontinuidade territorial existente entre o continente português e o arquipélago dos Açores, disperso por nove ilhas, impõe a necessidade de uma política de acessibilidades aéreas, assente numa visão de coesão e orientada para o desenvolvimento harmonioso e equitativo de todas as parcelas da região.

A qualidade das acessibilidades e a coesão regional são condições essenciais para o desenvolvimento de todo o arquipélago, bem como para a convergência económica dos Açores com o país e com a União Europeia, o que constitui um dos objetivos da autonomia regional, plasmado no artigo 3.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O arquipélago dos Açores possui, atualmente, 5 aeroportos com ligações aéreas diretas ao continente, as chamadas “gateways”, Ponta Delgada, Lajes, Horta, Pico e Santa Maria.

Sendo os aeroportos que servem as ilhas de São Miguel e Terceira, infraestruturas consolidadas em termos de ligações ao exterior, as restantes *gateways* exigem uma atenção acrescida no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

A manutenção das *gateways* do Faial, Pico e Santa Maria, é fundamental para alavancar a mobilidade dos açorianos residentes nestas três ilhas, contribuir para o desenvolvimento harmónico da Região e para a convergência económica.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O atual modelo de Obrigações de Serviço Público nas ligações Lisboa/Horta, Lisboa/Pico e Lisboa/Santa Maria, em vigor desde 2015, ao não prever a atribuição de indemnizações compensatórias aos operadores, levou a SATA Internacional, atual Azores Airlines, a acumular prejuízos superiores a 40 milhões de euros, no âmbito do serviço prestado nas três gateways, aliás, acrescentaria nas quatro, incluindo Ponta Delgada/Funchal.

Esta situação deve ser corrigida com celeridade, através de uma revisão das Obrigações de Serviço Público, que preveja compensações financeiras do Estado aos operadores, à semelhança do que já acontece nas rotas de Bragança, Vila Real, Visei, Cascais, Portimão, Porto Santo/Funchal.

Após uma célere revisão das Obrigações de Serviço de Público, nos termos anteriormente referidos, é imperioso que o Governo da República proceda à abertura de um concurso público para as rotas Lisboa/Horta, Lisboa/Pico, Lisboa/Santa Maria e Ponta Delgada/ Funchal, garantindo a continuidade destas importantes *gateways*.

Ao longo do ano de 2021, o Governo dos Açores, através das tutelas do transporte e finanças, fez um trabalho de sensibilização do Governo da República para a questão, nomeadamente junto do Ministério das Infraestruturas e junto do Ministério das Finanças.

Face à falta de uma resposta concreta, estas vias de diálogo esgotaram-se, o que obrigou à intervenção direta do Presidente do Governo Regional dos Açores junto do Sr. Primeiro-Ministro.

Em carta enviada a 4 de fevereiro deste ano, o Sr. Presidente do Governo dos Açores alertou o Sr. Primeiro-Ministro para a necessidade imperiosa do Governo da República, proceder à abertura de um concurso público com a fixação de Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo para as rotas em causa, portanto, Lisboa/Horta, Lisboa/Pico, Lisboa/Santa Maria e Ponta Delgada/Funchal.

Nessa missiva, o Sr. Presidente do Governo dos Açores destacou igualmente a importância de serem atribuídas indemnizações compensatórias, pagas pelo Estado à companhia, ou companhias aéreas, que venham operar na rota, ou nas rotas, em causa.

Aliás, semelhante compensação financeira já existe, por exemplo, nas rotas Bragança, Vila Real, Viseu, Cascais, Portimão e Porto Santo, Funchal.

Graças à ação direta do Sr. Presidente do Governo dos Açores foi alcançado um compromisso escrito da parte do Governo da República.

Em resposta à referida carta, o gabinete do Sr. Primeiro-Ministro informou que o Governo da República está a preparar as diligências necessárias à abertura do concurso público relativo às ligações aéreas entre Lisboa e as ilhas do Faial, Pico, Santa Maria, bem como às rotas de Ponta Delgada/Funchal.

O Governo da República estabeleceu ainda o compromisso de garantir a atribuição de uma compensação financeira à companhia aérea que venha operar estas rotas.

É, assim, com agrado e satisfação de dever cumprido que o Governo os Açores comunica a este Parlamento uma boa notícia para as populações das ilhas do Pico, Santa Maria e Faial.

Para concluir, informo o Sr. Presidente da Assembleia que o Governo Regional enviará, dentro de instantes, cópia da troca de correspondência entre o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e o Sr. Primeiro-Ministro.

Procedemos, igualmente, à entrega à Mesa de cópia da correspondência enviada ao longo do ano passado pelo Governo dos Açores para os Ministérios de Infraestruturas e Finanças.

Solicito a V. Exa. que os serviços do Parlamento dos Açores possam distribuir, com a maior celeridade possível, essa documentação, às Sras. e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado. Disse.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e dos Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Branco, faça favor.

(\*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que é trazido nesta proposta do Bloco de Esquerda, teve origem, digamos assim, num momento político em que, curiosamente ou não, na antevéspera das eleições legislativas nacionais, de 30 de janeiro, saiu uma notícia colocando em causa, com declarações, inclusive, do Sr. Secretário Regional, a manutenção dessas rotas.

Portanto, é aí que tem início isto, é na antevéspera das eleições legislativas nacionais, que saiu uma notícia num jornal nacional, com declarações do Sr. Secretário, a colocar em causa estas rotas.

**Deputado Miguel Costa (PS):** Veja o resultado!

**O Orador:** Além de ter sido seguidamente desmentida, não deixa de ser estranho que mais depressa saiu uma notícia destas na véspera das eleições, do que o Sr. Presidente do Governo Regional tenha enviado uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro, porque o Sr. Presidente do Governo enviou uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro já em fevereiro, mas sob prestar declarações a um jornal antes das eleições regionais, precisamente para gerar discórdia junto do Governo da República e para...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**O Orador:** ... tirar proveitos políticos dessa medida.

Em segundo lugar nós, naturalmente, apoiaremos esta iniciativa no sentido de dar força ao Governo Regional para se ultrapassar esta questão e essa força é mesmo bem precisa, porque não era preciso nós estarmos aqui a dar essa força, porque não compreendo como é que o Governo Regional está só de mão estendida à espera de que o Governo da República resolva este problema.

*(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM)*

O Governo Regional fez alguma avaliação global sobre as atuais Obrigações de Serviço Público, com os empresários? Ouviu as Câmaras de Comércio sobre as mais-valias do atual modelo e das menos-valias deste modelo?

Os senhores limitaram-se a identificar que havia um problema dito pela SATA, que ainda é preciso confirmar, porque o Governo Regional compactua como se as rotas do Faial, Pico e Santa Maria fossem as responsáveis pelos problemas da SATA, quando isso não é inadmissível por parte do Governo Regional.

O Governo Regional dos Açores deveria ter sido o primeiro a vir a público defender as rotas do Faial, Pico e Santa Maria.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Os responsáveis estão à sua frente!

**O Orador:** Não era preciso esperar que houvesse manifestações públicas para vir dar uma resposta. Aliás, cabia ao Governo Regional dizer à República o que é que deseja para as Obrigações de Serviço Público dos Açores. Não é dizer ao

Governo da República, “os senhores arranjam uma solução para os Açores, nas Obrigações de Serviço Público.

Não!... Nós temos que ouvir as pessoas e a sociedade civil, temos que fazer uma análise daquilo que fizemos e propor ao Governo da República aquilo que nós queremos para as ligações áreas dos Açores.

Mas isso tem sido uma forma de atuar, porque os senhores acabaram com os encaminhamentos gratuitos, sem dizer nada a ninguém”; os senhores alarmaram a sociedade civil com esta história das OSP’s, e, afinal, bastava enviar uma carta ao Primeiro-Ministro dizendo que iam participar numa solução.

Portanto, essa atitude é completamente lamentável.

Nós vamos votar favoravelmente esta proposta, mas não podemos deixar de lamentar a total falta de liderança do Governo Regional neste processo, de propositura junto do Governo da República, sobre aquilo que são os desejos dos Açores, para o futuro, em matéria do transporte aéreo.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo e Membros do Governo:

Desta vez o Bloco de Esquerda começou logo por avisar. Bom, desta vez não existia uma notícia inequívoca à resolução desta questão antes de nós apresentarmos esta iniciativa.

Bem, mas isso não foi o que aconteceu na outra iniciativa que V. Exa. estava a fazer referência, quando já era pública, há muitos dias, a decisão do Governo sobre essa matéria, quando V. Exa. abordou essa questão.

Portanto, são questões diferentes, mas sempre lhe digo que, por exemplo, no Correio dos Açores, no dia 5-03-2022, dizia o seguinte:

“Bruxelas autorizou voos do Pico, Faial e Santa Maria para o continente”.

Há aqui um conjunto de notícias, mas não interessa. O que é essencial é que desta vez V. Exa. anunciou que vinha ajudar o Governo; anunciou que estava aqui por bem.

Então o que eu lhe quero dizer é que, estando V. Exa. tão bem-intencionado, coisa rara nos últimos tempos, da parte do PPM nós também estamos muito intencionados em relação à vossa iniciativa e vamos votá-la favoravelmente.

Portanto, se esse é um contributo, é um contributo válido que o Bloco de Esquerda quer dar à Região Autónoma dos Açores, pois nós vamos associar-nos e dar, por sua vez, força também à iniciativa do Bloco de Esquerda, nem sem antes termos absoluta consciência de que a questão já estava resolvida.

Mas, não faz mal! É um Melhoral: não faz bem, nem mal!

Portanto, a sua intervenção nesta matéria é no sentido de fortalecer a posição do Governo dos Açores, dos órgãos de Governo próprio dos Açores.

Portanto, nós aceitamos perfeitamente essa predisposição e vamos votar favoravelmente a iniciativa.

Depois, Sr. Deputado Tiago Branco, V. Exa., nesta legislatura, parece um homem novo.

**Deputado José Contento (PS):** Já o senhor não!

**O Orador:** Nunca, em situações anteriores, que tinham a ver com uma situação calamitosa que a SATA enfrentava na altura,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... V. Exa., e também a outra Sra. Deputada eleita pela ilha do Faial, primavam pela ausência.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Portanto, eu vejo-o muito afirmativo nesta legislatura e diz V. Exa. que também vem por bem.

Pois bem-vindo, e, como está a ver, da nossa parte, já estamos a apresentar resultados.

Também se diga que estes bons resultados só são possíveis através de uma colaboração entre o Governo da Região e o do Governo da República.

O Governo da República tem responsabilidades nesta matéria e já vimos também que o Governo da República, nesta matéria, também deu um contributo positivo.

Por isso, meus senhores, o contributo do Bloco de Esquerda é positivo, as negociações entre o Governo da Região e o Governo da República também são positivas, e o que é importante é que há boas notícias nesta matéria e agora o que é necessário é também garantir o futuro a médio e a longo prazo. Essa é a próxima tarefa e também já vi que, nesta matéria, concordamos.

Por isso, Sr. Deputado, o PPM votará favoravelmente a sua iniciativa.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Marco Costa.

(\*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai apoiar a pronúncia desta Assembleia perante esta iniciativa do Bloco de Esquerda de defesa das *gateways* do Pico, do Faial e de Santa Maria, e de reivindicação perante o Governo da República.

Acho que hoje ficou claro, aqui na mensagem que já é pública, por parte do Governo, daquilo que foi a atitude do Governo Regional na defesa destas três *gateways*.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Acho que é o momento de saudarmos o Governo Regional por esta atitude institucional...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** ... perante o Governo da República e daí que acompanhamos os Bloco de Esquerda na iniciativa, mas algumas das notas que foram dadas pelo Sr. Deputado António Lima, além de ficarem esclarecidas, na nossa opinião, não as podemos acompanhar.

Agora o momento deste debate é o posicionamento do PS, de não reconhecimento pelo trabalho apresentado, feito,...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... com credibilidade institucional, como assim deve ser, com assuntos tão delicados para as nossas ilhas como é este assunto que está aqui a ser debatido.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**  
*(Joaquim Bastos e Silva):* Muito bem!

**O Orador:** Portanto, eu até arrisco a dizer ao Sr. Deputado Tiago Branco que a notícia que hoje é pública era aquela notícia que ele, em termos políticos, não gostava de ter ouvido.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado José Ávila (PS):** Não vale tudo!

**O Orador:** Portanto, ficou claro que todos os momentos servem para fazer alguma guerrilha política, que tem sido a imagem da máscara que tem vindo a cair da atitude perante as boas decisões deste Governo.

Portanto, vamos acompanhar a iniciativa que está a ser apreciada; o trabalho tem de continuar. Percebemos que poderá ser por unanimidade como assim pretendemos, mas não é claramente ao lado dos eleitores, com intervenções como aquela que o PS fez, que está a defender esta situação das três *gateways* do Pico, do Faial e de Santa Maria.

Portanto, é de notar esta atitude que não é aquela que faz a união dos Açores perante a República.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, indo diretamente àquilo que é o assunto que estamos a discutir, que é este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, efetivamente o Bloco, do ponto de vista da pertinência e do momento que apresenta, seguiu aquilo que era uma preocupação também face às notícias que

vinham sendo publicadas acerca daquilo que era um risco para esta Obrigações de Serviço Público e para as ligações diretas a estas *gateways* de Santa Maria, Pico e Faial.

Obviamente nós subscrevemos esta preocupação. Aquilo que, no fundo, consta do preâmbulo, obviamente que é a mesma preocupação que nós tínhamos.

No entanto, aquilo que são as resoluções, de certo modo (e já passo a explicar porque é que é de certo modo), são aquilo que também vínhamos a defender e que tínhamos, a esperança, que era o que o Governo estivesse a fazer.

Entretanto, já foram distribuídas e já recebi também, estas comunicações do Governo Regional dos Açores com a República provam que essas preocupações estavam salvaguardadas, ou seja, naquilo que concerne, por um lado, a manutenção destas *gateways*, por outro lado, o lançamento do concurso de Obrigações de Serviço Público, e, em terceiro lugar, a questão da compensação financeira para que, obviamente fosse viável as empresas concorrerem a estas Obrigações de Serviço Público.

Mas é isto que leva exatamente àquilo que é alguma... Vamos votar favoravelmente.

O CDS estaria mais confortável a votar se fosse retirado o primeiro ponto resolutivo, e só por um motivo, porque no primeiro ponto resolutivo o Bloco de Esquerda diz que se devia defender, no âmbito das negociações com a Comissão Europeia, que a SATA mantivesse essa operação das rotas do Faial.

Depois, no segundo ponto, diz para que se abram, no fundo, as Obrigações de Serviço Público.

Ora se estiver a empresa obrigada a fazer essas ligações já não pode haver o concurso de Obrigações de Serviço Público, ou estamos a fechar as outras empresas a esse concurso, às Obrigações de Serviço Público.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Ah, pois é!

**O Orador:** Considero que há aqui alguma contradição e não sei se o Deputado Tiago Branco, que obviamente vai acompanhar, e subscrevo o sentido de força que é preciso dar a este rumo, mas também lá vou àquilo que não subscrevo.

Mas certamente os Deputados do Partido Socialista, nomeadamente os do Faial, os de Santa Maria e os do Pico, talvez não estejam de acordo, ou pelo menos verão aqui esta contradição, também. Todos os deputados, mas especificamente nós que representamos estas ilhas que estão aqui citadas.

Mas há aqui uma contradição, ou pelo menos há algo que poderia ser contraditório. Se há uma obrigação da SATA vir para aqui, então não vamos ter Obrigações de Serviço Público, ou então as Obrigações de Serviço Público foram impostas à SATA. Parece-me que há aqui algo que não funciona muito bem.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Muito bem!

**O Orador:** Não seria a forma que nós redigiríamos isto.

Se não tivesse este primeiro ponto resolutivo, considero que ia há mesma finalidade, mas de qualquer das formas não é isso que vai inviabilizar o voto do CDS a acompanhar este documento.

Mas, Deputado Tiago Branco, eu compreendo e nós temos estamos juntos nesta luta de manter e valorizar as *gateways* das nossas ilhas, aqui no triângulo, Pico, Faial e obviamente as de Santa Maria, mas depois começa a descarrilhar um pouco na sua argumentação.

Então vem dizer que o Governo Regional está de mão estendida nesta problemática? De mão estendida?

Mas é o senhor que quer pagar as Obrigações de Serviço Público?

Acha que é o Governo Regional? Aquilo que é uma responsabilidade constitucional da continuidade territorial,...

**Deputado Tiago Branco (PS):** Eu não disse isso!

**O Orador:** ... que deve ser a República a lançar esses concursos e a suportar essas despesas, como faz com as ligações Lisboa/Bragança?

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Agora o senhor diz que Governo é que está de mão estendida?

Não está de mão estendida, porque estar de mão estendida é uma questão financeira. Se se estiver a falar do ponto de vista da liderança e do relacionamento, temos aqui (aquilo que foi distribuído e que o Sr. Deputado também terá) 2 de junho de 2021, uma comunicação a dizer exatamente a mesma coisa: meus senhores, é preciso Obrigações de Serviço Público, é preciso abrir concurso.

Temos novamente 12/10/2021, a mesma coisa: Obrigações de Serviço Público, façam o favor de abrir aquilo que é a responsabilidade e que já vem de 2019 e não fizeram nada.

Depois, temos aqui já esta carta de 4 de fevereiro de 2022, até após as eleições e sabendo-se que o Partido Socialista iria continuar no Governo e o que é que o Governo tinha que fazer.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E o que é o Governo Regional sempre pediu?

Aquilo que anteriormente não foi pedido, que era a questão da compensação às companhias aérea que concorressem para cá. Isso nunca esteve salvaguardado anteriormente.

Agora, era uma opção do Partido Socialista? Era algo que não tinha ocorrido? É legítimo. Não vou culpar, nem diabolizar aqui que foram as negociações das Obrigações de Serviço Público, anteriores?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Serviram a Região até agora? Serviram os faialenses, serviram os picoenses, serviram os marienses. É isso que nós não queremos perder e é por isso que nós estamos aqui novamente a discutir isso...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... e é por isso que nós queremos que o Governo Regional mantenha essa posição.

Agora não pode dizer que esteve de mão estendida e acho que isso foi incorreto da sua parte.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Fica o registo.

Depois, por outro lado, queria falar de outro aspeto, que é a questão dos encaminhamentos, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado vem trazer para esta discussão a questão dos encaminhamentos. É um bocadinho à laia de “vamos aqui agora fazer uma fumaça e dizer que este Governo não sabe o que é que anda a fazer”.

A realidade é que os encaminhamentos, era bom que o Partido Socialista também dissesse, como é que quer financiar os encaminhamentos? Como é que vão ser financiados? Quem é que vai pagar?

A República nunca pagou.

**Deputado Francisco César (PS):** Não é verdade! Isso está no Orçamento e foi proposta dos Deputados do Partido Socialista!

**O Orador:** O Conselho de Ministros disse, na sua resolução, que pagava encaminhamentos para os passageiros que viajassem ao abrigo das OSP.

**Deputado Francisco Cesar (PS):** Não é verdade! Está no Orçamento! Foi proposta dos Deputados do PS!

**O Orador:** Ora, quem viaja ao abrigo da OSP são os passageiros residentes.

A realidade, Sr. Deputado Francisco César, é que a SATA ficou sempre com os encargos financeiros desses encaminhamentos. Não foi ressarcida. Aliás, o CDS fez um requerimento e está lá exatamente os valores que foram transferidos e os

valores que eram devidos, ou que pelo menos seria o valor do número de passageiros transportados. Isso é um facto! Quem ficou com a dívida foi a SATA.

Era importante que o Partido Socialista então dissesse, neste momento, o que é que ia acontecer. Ou seja, se era viável fazer a tal suspensão, ou a reversão da medida tomada pelo Governo Regional que é, de certo modo, aplique-se aquilo que foi decidido em Conselho de Ministros e que não os encaminhamentos são gratuitos para os passageiros ao abrigo das OSP. Não houve alteração nenhuma. Obviamente, na prática, houve uma alteração, mas foi porque o Governo Regional, na altura, tinha feito uma opção diferente, mas que não salvaguardou o seu pagamento.

E para terminar, porque já é tarde e julgo que estamos aqui na unanimidade e não vale a pena também estar a fazer uma discussão, ou acicatar os ânimos, por causa de uma discussão em que estamos todos de acordo, mas a realidade é isso. Eu falava-lhe na questão dos reencaminhamentos. Era bom que o Partido Socialista então dissesse donde é que deveria vir esse pagamento, se é do Orçamento da República ou do Orçamento Regional, ou seja, quem é que o vai pagar, no fundo, compensar a empresa.

E por isso também acho que lhe ficou mal vir colocar os encaminhamentos nesta matéria, até porque os encaminhamentos, sejamos sérios, e estou a olhar para o Sr. Deputado Mário Tomé, diga-me também se não acha que os encaminhamentos é uma forma de esvaziar as rotas diretas para o Pico?

**Deputado Mário Tomé (PS):** Não acho! Em 2019 tínhamos 22 ligações por PDL!

**O Orador:** Quer dizer, se eu venho mais barato vindo por São Miguel e depois venho de borla para o Pico, porque é que eu havia comprar um voo direto para o Pico ou para o Faial?

Esse é que é o facto, porque houve muitos passageiros que deixaram de viajar diretamente, porque obviamente é muito mais económico vir pelos encaminhamentos, e eu não sou contra encaminhamentos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Mas parece!

**O Orador:** Atenção! Não é essa a questão.

Agora, há outras vias e nomeadamente aquilo que foi conseguido do ponto de vista da EasyJet, é algo que é um caminho que se deve prosseguir, que se são os acordos *interline*, é fazer chegar passageiros às outras ilhas, sendo que estamos a falar das ilhas com *gateway*, e é preciso pensar nas outras, é preciso pensar nas Flores, é preciso pensar na Graciosa e é preciso pensar em São Jorge.

**Deputado José Ávila (PS):** Fico satisfeito de o senhor pensar isso. Há outros que não pensam!

**O Orador:** E no Corvo! São as quatro ilhas que não têm *gateways*.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Esqueceu-se do Corvo!

**O Orador:** Não me esqueço, Sr. Deputado.

Isso é efetivamente algo que é preciso também resolver. Ou seja, esse anúncio da EasyJet não é a panaceia. É um caminho e há muito ainda por fazer, mas temos que ter em atenção aquilo que são as negociações do ponto de vista europeu e da sustentabilidade económica e financeira da empresa, e aquilo que são as regras europeias para não deixarmos ter uma empresa de bandeira regional, e por outro lado, é preciso também obviamente salvaguardar esta questão das OSP, porque também é minha convicção que, neste momento, para as nossas *gateways* continua a ser a solução.

Não sou um defensor porque considero que ainda não está totalmente provado que uma liberalização aérea não possa prejudicar estas ilhas, sobretudo, nas épocas baixas.

E nós não precisamos só... As ligações diretas não são só para quem nos visita e para turistas.

Nós precisamos efetivamente, por várias razões (saúde, o que quer que seja, ou familiares), de viajar. Isso é importante e é por isso que nós vamos subscrever este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, mas obviamente deixo essa ressalva ao Deputado António Lima, se eventualmente não concordar, mas também não é por isso que nós vamos acompanhar, mas deixo-lhe essa nota.

Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

**(\*) Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, embora tenha uma decisão que se percebe que já vai resolver a situação, faz todo o sentido, porque temos aqui em causa claramente uma questão de coesão territorial.

Exatamente por isso, nunca é pouco aquilo que se possa fazer para relembrar este Governo de que a coesão territorial não é só quando a gente tem de pedir aos outros ou se lembra dela quando tem de ir pedir aos outros, seja a União Europeia, seja a Lisboa.

O Governo devia olhar para a coesão territorial entre ilhas e não fazer aquilo que fez, seja quando acabou com o transporte marítimo de passageiros e mercadorias que deu um primeiro “soco no estômago” das ilhas da coesão, como é o caso de Santa Maria, que fez a seguir com a questão dos encaminhamentos, um segundo “soco no estômago”, que já estava pronto para pôr essas ilhas de coesão “de joelhos”.

Portanto, a coesão territorial é importante, mas é importante também entre as ilhas e é importante que perceba isso.

O Sr. Secretário, por exemplo, já lhe chamámos a atenção, inúmeras vezes dos problemas das ligações marítimas a Santa Maria, e este Governo não faz nada.

Portanto, ficamos muitíssimo satisfeitos por saber, de acordo com aquilo que comunicou, que o Governo da Região Autónoma dos Açores, intercedeu junto do Governo da República, que este Governo anuiu às preocupações do Governo Regional, nós achamos isso muitíssimo bem, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Marco Costa, mas não tenho muito a certeza de que isso assim se passe, porque os senhores, de facto, pensam só na coesão territorial quando ela se destina a pedir por fora, porque para cá e cá dentro, não a veem.

**Deputado José Ávila (PS):** É zero!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**O Orador:** Sr. Secretário dos Transportes, ainda hoje tem um “pé de vento” em Santa Maria, porque estava previsto um barco para amanhã que, entretanto, tem que desviar para ir para a Terceira. Já não há barco com carnes abatidas, com contentores fechados para sair de Santa Maria e não saem. É essa a coesão territorial que os senhores promovem.

Portanto, têm que resolver essas situações, em vez de pedir só aos outros e não olhar para aquilo que tem que fazer cá dentro.

Portanto, o Bloco de Esquerda fez muito bem em fazer este Projeto de Resolução. Muitos mais terão que haver para que essa visão de coesão territorial regional, de facto, exista, e não como aquilo que se está a ver e que se está a passar, que é muito pouco.

**Deputado José Ávila (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É óbvio que apesar de um ou outro partido, dois partidos pelo menos, não terem se pronunciado, se não for unânime será votado por ampla maioria esta matéria, é, de facto, um sinal político importante.

Eu queria apenas, nesta intervenção, dizer duas ou três coisas:

Em primeiro lugar, que não quero eternizar o debate, mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu uma notícia de 4 de março, de que a SATA teria pedido à ANAC para continuar a voar para Pico, Faial e Santa Maria. O problema é que nós anunciámos esta iniciativa a 22 de fevereiro.

De facto, eu não sabia que nós tínhamos tanta influência sobre o Governo, mas parece que sim. Anda a “reboque”, mas mais vale andar do que ficar parado.

Eu alerto apenas para duas ou três questões, e antes de responder ao Sr. Deputado Rui Martins, muito rapidamente:

Eu alerto que as boas notícias têm que ser tidas com muita preocupação.

Eu recordo que em setembro de 2021, aquando daquela reunião entre o Governo Regional e o Governo da República, o Presidente do Governo, referiu, em setembro de 2021, que, no que se refere ao princípio da continuidade territorial, dizia o Presidente do Governo Regional: “assinala a contínua solidariedade do Estado e esperava que essa se mantivesse na definição de soluções de responsabilidade quanto às Obrigações de Serviço Público”.

Este otimismo que existia em setembro de 2021, levou-nos a que chegássemos aqui e não tivéssemos uma solução ainda, e não temos. Por isso eu acho que é conveniente que não se “baixe a guarda” seja com a União Europeia, seja com o Governo da República, e se continue a negociar, com a União Europeia e com o Governo da República, uma solução para esta matéria.

Da nossa parte, estamos a fazer aquilo que nos compete, trazendo o problema aqui.

Já questionámos a Comissão Europeia no Parlamento Europeu sobre a sua posição quanto a estas rotas, e quando a Assembleia da República tomar posse iremos, em caso de o processo não estar ainda resolvido, apresentar também uma iniciativa sobre esta matéria.

Sr. Deputado Rui Martins, eu percebo a sua dúvida, mas eu acho que é também compreensível o que é que se pretende. Obviamente a partir do momento em que existirem novas Obrigações de Serviço Público, a SATA concorrerá, se entender, e julgo que deve, mas, até lá, o primeiro ponto é importante, ou seja, até esta situação estar definida, a SATA deve manter as ligações.

Daí a necessidade de existir esse primeiro ponto resolutivo, na nossa opinião. Pode haver opiniões diferentes.

A formulação poderia até ser outra, mas julgo que se percebe a intenção e o sentido de não existir um hiato temporal, que é essa uma posição de princípio, entre o momento atual e a resolução definitiva do problema, com a publicação de um concurso para novas Obrigações de Serviço Público.

Eu termino naturalmente saudando a câmara pelas exposições expressas, e acima de tudo pela posição sobre a importância destas rotas, a importância da garantia da continuidade territorial, a importância de nós não deixarmos de fazer valer aquele que é o nosso estatuto de região ultraperiférica, não deixando de fazer ver a Bruxelas que as ligações para os Açores, e outra tanta matérias que dizem respeito aos Açores, não podem ser vistas como se trata outras regiões da Europa ligadas aos grandes centros, porque os Açores estão a quase 2.000 km do continente.

Aí, essa especificidade tem de valer alguma coisa e não tem de valer apenas no papel, tem de valer na prática, e nunca seria aceitável que Bruxelas, de maneira alguma, nos fizesse abandonar o Faia, Pico e Santa Maria.

Disse.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Tem toda a razão!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é para dizer que vou votar favoravelmente o Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda, assumindo que é da maior relevância que se mantenha essas três *gateways*, pelo desenvolvimento que elas podem representar para os Açores, no seu todo, mas especificamente para as ilhas que obviamente têm essas portas de entrada na Região.

Dizer que congratulo-me com o sucesso das negociações que, ao que parece, estão a funcionar.

Dizer ainda que espero que, como já foi dito pelo Sr. Deputado António Lima, o Tratado de Funcionamento da União Europeia, no seu artigo 349.º, especificamente, serve precisamente para isso, para acautelar a especificidades da ultraperiferia das nossas regiões, e o facto de acionarmos esse mecanismo, com certeza será importante para que se mantenham essas rotas, mas também dizer que o dia que eu tiver que tomar uma posição impopular para evitar que os meus filhos, e os amigos dos meus filhos, venham a suportar uma rota, ou rotas (e posso começar por São Miguel, eu nem sequer vou descartar as hipóteses de que todas as rotas de São Miguel são rentáveis, não); no dia que eu tiver que aceitar uma posição impopular de rotas de que não são rentáveis terem que deixar de existir, pois eu vou estar aqui, porque eu prefiro assumir publicamente medidas impopulares...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Mas a Europa não pensa como o senhor!

**O Orador:** ... ou tomadas de posição impopulares, do que assumir que os meus filhos, os amigos dos meus filhos e os meus netos, vão pagar por decisões que eu não tive coragem de tomar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O síndrome de sexta-feira não é tão forte quanto o síndrome da unanimidade, mas prometo que não farei como o Sr. Deputado Rui Martins. Não prometerei ser breve e depois demorar um bocado a falar. Vou mesmo ser breve.

O assunto que o Bloco de Esquerda aqui nos traz, independentemente de algumas considerações tecidas na sua exposição de motivos, e este primeiro ponto resolutivo, quase deixar no ar que nós precisamos é mesmo só de uma companhia aérea pública para resolver essa três *gateways*, o que me leva a tecer estas considerações é mais aquilo que o Sr. Deputado António Lima disse na sua primeira intervenção; que não venham cá com liberalismos, não é disso que precisamos.

Sr. Deputado António Lima, o senhor não acredita no liberalismo, eu acredito!

Sr. Deputado António Lima, o senhor não acredita nas liberdades individuais, eu prezo-as demasiado!

Mas ainda lhe digo mais uma coisa, Sr. Deputado António Lima: que se liberalize também essas rotas. Se não tivessem sido liberalizadas outras rotas, que nós temos liberalizadas, para os Açores, muitos açorianos não tinham a possibilidade, nem a capacidade financeira de ir ao continente português visitar familiares, fazer turismo ou até ir a consultas.

Não fosse a liberalização das rotas que estão liberalizadas, e muitos continentais não tinham capacidade financeira para vir aos Açores conhecer este torrão do seu território.

Isto foi o que a liberalização mais nos trouxe; trouxe-nos uma coisa que prezo muito, Sr. Deputado, a democratização do transporte aéreo. Foi a liberalização dessas rotas que nos trouxe a verdadeira democratização da utilização do avião nos Açores e para os Açores.

E sobre isto, Sr. Deputado, ainda vou dizer-lhe mais:

Enquanto tivermos as companhias aéreas monopolistas, estatais, a voar para os Açores, não tínhamos os preços que temos. E nas rotas que estão liberalizadas, todo o processo de aquisição, de viagem e de fluidez deste serviço, está simplificado e nas rotas onde não está, apesar de ser muitas vezes o mesmo preço, o cidadão tem de comprar o bilhete ao preço que a companhias querem, pagá-lo, e depois ver-se embrulhado numa data de burocracias para recuperar este dinheiro. Este é o fruto dos monopólios das empresas públicas e das empresas geridas da forma como o senhor quer.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, esse debate nós teremos oportunidade de fazê-lo. Julgo que não será hoje, porque ele merece mais tempo do que aquele que nós temos...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... e teremos, de facto, oportunidade para fazê-lo, mas eu devo recordar que aquilo que é a liberalização que se diz existir nos Açores, para várias *gateways*, implica, como sabe, muitos subsídios para muitas empresas que operam nessas mesmas rotas.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** Por isso, liberalizações há muitas e o que temos nos Açores nem sequer é aquilo que o senhor diz, ou se calhar é, mas não diz.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quais são os subsídios? Diga Sr. Deputado!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Salomé Matos, faz favor. Tem a palavra.

**Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra e vou tentar, contra a minha natureza, ser sintética, mas de facto, como faialense, este é um assunto que me é caro, que o era antes, e que o é agora com maior responsabilidade.

Neste assunto que me parece que estamos todos de consenso, se há uma coisa que me vou apercebendo, é que parece que as matérias que são de maior consenso são aquelas que se arrastam mais. Eu vou perceber um dia, porque será.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** A Sra. Deputada ainda não viu nada!

**A Oradora:** Considerações que justificam o facto de eu achar que esta matéria, ainda que estejamos todos de consenso, valerá de mim algumas palavras, pelas pessoas que eu aqui gostaria de representar.

Nesta ilha, como certamente noutras, a mobilidade é sinónimo de desenvolvimento, oportunidades, de futuro, e daí este consenso e este assunto nos ser tão caro.

De facto, as ligações aéreas são, por definição, um meio nobre na área das acessibilidades.

Eu não vou falar de encaminhamentos, de transportes marítimos, de liberalização de rotas, porque não são de facto objeto deste Projeto de Resolução,

Este Projeto de Resolução que o Bloco de Esquerda aqui nos atrás, num dia em que nos permite assinalar que, de facto, é provavelmente, desde 2015, aquele onde nós vislumbramos que estamos mais perto daquilo que todos sempre pretendemos.

Tem de se frisar que, efetivamente foi graças à insistência deste Governo Regional, após um processo que ainda assim também foi demorado, conseguiu que finalmente o Governo da República assumisse aquilo que todos sempre

aspirámos, que seria assumir o pagamento das indemnizações compensatórias à SATA, pelas ligações que fez, desde 2015, sem qualquer compensação, bem como a negociação do modelo das OSP.

O Sr. Deputado Tiago Branco disse, e bem, efetivamente esta questão levantou alguma celeuma após a notícia do Jornal Expresso no fim de janeiro, e desde já digo que não conheço ninguém no Expresso.

Eu não conheço. Agora, na verdade, o problema também não era novo, ele vinha-se arrastando, até porque desde 2015, a companhia estava numa situação em que, não recebendo qualquer compensação, acumulava prejuízos, prejuízos esses que hoje, vamos todos, cada um de nós, pagar por eles,

**Deputado José Ávila (PS):** E as Obrigações de Serviço Público, quem é que as pagas?

**A Oradora:** Pareceu-me também que, as negociações, as Obrigações de Serviço Público, desde 2019, também aguardavam negociação.

Relativamente à questão do Governo não se ter pronunciado, eu, até entendo. Até me parece que foi razoável, porque se de janeiro até fevereiro, conseguiu a resolução de uma situação sem grande alarido, ora, se diligenciou no silêncio, pois parece-me que estas questões institucionais tratam-se assim.

Mas também louvo que as estruturas partidárias, nomeadamente as desta ilha e as de outras ilhas, tenham-se unido, tenham-se pronunciado.

Exemplos desses são diversas moções e comunicados que uniam, até algumas forças políticas, e exemplo disso, é uma moção que foi aprovada, por unanimidade, na última Assembleia Municipal, aqui da Horta.

Portanto, parece-me que estes são os momentos para as estruturas partidárias se pronunciarem. Portanto, não devemos ver isso de forma nenhuma como crítica.

Se efetivamente o Governo demorou dois meses, pois eu diria que na verdade parece-me que o anterior executivo demorou anos para apresentar uma solução.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** O problema existia desde 2015 e é conhecido.

À parte disso, obviamente, que recebemos com satisfação esta notícia de que as *gateways* estão garantidas, que será aberto o concurso público internacional relativo a esta rotas e deve ser nisso que nos devemos concentrar daqui para o futuro...

**Deputado José Ávila (PS):** Quem é que resolveu, quem foi?

**A Oradora:** ... e não para o passado.

Penso que chega!

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Deputado José Ávila (PS):** Quando é bom é o Governo Regional; quando é mau é o Governo da República!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco. Faça favor.

(\*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Sras. e Srs. Deputados:

Eu não estava para intervir mais, mas sendo assim, assim o farei.

Sr. Deputado Rui Martins, o senhor está, naturalmente, a fazer o seu papel, mas eu não disse que isto não era uma responsabilidade do Governo da República.

O que eu disse foi que cabe ao Governo Regional saber o que é que os Açores desejam para o seu futuro em matéria de Obrigações de Serviço Público e não estarem, simples e unicamente, a pedir ao Governo da República que resolva isso.

O Governo Regional tem a obrigação de participar nesse processo, tem que ouvir os empresários dos Açores, saber o que é que correu mal, o que é que correu bem e o que é que há a melhorar, e não apenas pedir que paguem as Obrigações de Serviço Público. Apenas isso.

**Deputado José Ávila (PS):** É só mostrar a fatura!

**O Orador:** Sr. Deputado Marco Costa, se calhar o senhor é que estava à espera que a resposta do Governo da República fosse negativa e, isso, sim, traria alguma felicidade política. A mim, deixou-me totalmente satisfeito como certamente a todos os açorianos que vivem nestas ilhas.

Sra. Deputada Salomé Matos, isto é a primeira vez que eu estou a assistir ao PSD e o CDS a admitirem que as rotas do Faial, do Pico e de Santa Maria dão prejuízo.

**Deputado José Ávila (PS):** É verdade!

**O Orador:** Isto agora passou a ser fatal.

Eu devo lembrar, porque lembro-me bem e convivi bem com pessoas que foram desonradas à conta deste assunto,...

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** ... que foram vítimas de uma política vil, à conta desse assunto.

Quando se falava de prejuízo nas rotas da SATA, os senhores diziam que era mentira e agora, que se passaram para o Governo, afinal, o PS tinha razão quando dizia que as rotas davam prejuízo.

Isso é inaceitável. Isso é absolutamente inaceitável!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

Sras. e Srs. Deputados, nesta Casa, quantos mais voos forem solicitados para todas as ilhas e mais algumas, sem qualquer preocupação financeira com as finanças da SATA?

**Deputado Berto Messias (PS):** Nem mais!

**O Orador:** Quantos voos e mais alguns os senhores reivindicaram para os Açores sem qualquer preocupação com a gestão financeira da SATA?

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

Fazem campanha eleitoral com esse assunto e depois chegam aqui e afinal já não é nada disso.

A gente não conhece o Plano de Reestruturação, mas é um facto que as rotas dão prejuízo, que é o que os senhores dizem,...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Afinal, dão prejuízo ou não?

**O Orador:** O caminho tem de ser inverso. E se a SATA começar a receber compensações financeiras também terá que melhorar o seu serviço e isso terá que significar mais voos para essas ilhas, porque isto não é só dar dinheiro às companhias aéreas. É dar mais voos às ilhas e assegurar a coesão dessas ilhas territorialmente.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou repetir a mesma coisa que disse na altura da urgência: vou associar-me, obviamente, a esta iniciativa. Somos totalmente favoráveis e não vemos qualquer contradição nenhuma entre os dois pontos, como disse o Sr. Deputado do CDS.

Eu só queria dizer à Sra. Deputada Salomé, do Grupo Parlamentar do PSD, que não há garantias nenhuma, Sra. Deputada.

Nós temos uma persistência da parte do Governo Regional para com o Governo da República, mas garantias não há nenhuma. Aliás, eu até vejo que haja menos garantias quando temos uma maioria absoluta do Governo da República.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** O Governo da República comprometeu-se!

**O Orador:** O Governo da República, com maioria absoluta, se já era difícil antes, para cumprir com a Constituição, relativamente à mobilidade dos cidadãos, eu agora vejo isto muito mais complicado.

Por isso, Sra. Deputada Salomé, não só está garantido como vai ser extremamente difícil levarmos a bom porto estas três rotas que tanto nós queremos.

Obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro devia saber disto!

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima):** Não! Vai ser o Secretário de Estado dos Transportes.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(\*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Vou fazer minhas as palavras do Deputado Tiago Branco, eu não era para intervir.

De qualquer das formas, começa a parecer-me que acho que os Srs. Deputados, à exceção dos Deputados do triângulo, se calhar, como isto vai ser aprovado, podem dirigir-se às vossas casas, que nós ficamos aqui na discussão dos “faiais”.

**Vice-Presidente do Governo (Artur Lima):** Isto é tudo entre “faiais” certo?

Não vale a pena a gente se meter não é?

*(Risos da Deputada Catarina Cabeceiras)*

**O Orador:** Ficamos aqui os dois, Sr. Deputado, em discussão.

Eu estava a dizer os Deputados do triângulo e o Sr. Deputado João Vasco Costa poderá também participar, porque tem uma viagem mais longa.

Sr. Deputado Tiago Branco, eu percebo o que diz quando refere que o Governo Regional tem que ter uma ideia do que é que pretende. Nisso, estamos totalmente de acordo. Ou seja, o Governo Regional não pode estar à espera de que o Governo da República decida o que é que nos vai dar, ou o que é que vai fazer ou como é que vai resolver.

Mas não é verdade que o Governo Regional tenha tido essa postura. O Governo Regional solicitou inúmeras reuniões com a República para se chegar a um consenso sobre qual é que era a solução. Esse é um facto! Isso foi o que foi feito no passado.

Não foi assim que foi feito nas negociações em 2015, para as Obrigações de Serviço Público?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Quer que lhe diga o que é que foi feito em 2015? Eu digo-lhe!

**O Orador:** O Governo Regional também foi lá ver: “Sr. Primeiro-Ministro, como é que se resolve o assunto?”.

Não foi assim!

Hoje é exatamente da mesma maneira.

Aqui, eu considero que esse trabalho é feito da mesma maneira.

Por isso, eu percebo que diga isso, mas depois da maneira como arrematou estragou tudo, dizendo que afinal nós estamos a “pedir uma esmola”.

Não estamos a “pedir esmola” nenhuma. Não é “esmola” nenhuma! É um direito que é nosso.

Depois, vir dizer que o CDS admitiu que havia rotas deficitárias?

Nós sabemos bem os números de ocupação, são públicos. Os números de ocupação média são conhecidos e nós sabemos que as Obrigações de Serviço Público são negociadas no conjunto, e que as três ilhas são deficitárias e não pretendo agora...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem, Sr. Deputado!

**O Orador:** Obrigado!

... criar qualquer tipo de discussão.

As Obrigações de Serviço Público são das três *gateways* que não têm espaço aéreo liberalizado, está tudo correto e não me viu aqui admitir o que quer que seja, do ponto de vista de rotas deficitárias ou não deficitárias.

O que nós sabemos é que, havendo algum tipo de compensação que a companhia possa estar a operar uma rota deficitária, essa tem que existir, e se tiver que existir tem que estar salvaguarda nas OSP. É só.

Deputado Pedro Neves, não concordo... Ou seja, eu vejo o Partido Socialista e as pessoas que estão neste momento no Governo, e que pretende e que vão continuar muitas delas, como pessoas de bem. Se vieram, finalmente, a assumir este compromisso, quem sou eu agora para vir desconfiar daquilo que é um compromisso assumido?

Temos aqui ainda nesta Casa pessoas que eu espero, que obviamente, façam justiça àquilo que foi dito e tenho a certeza de que vão reivindicar exatamente o cumprimento dessas afirmações.

Para terminar, Sr. Deputado João Vasco Costa, quando tentou misturar a questão do transporte marítimo afinal há um deputado do Partido Socialista que dá razão. Finalmente, todos acabaram por dar nesta legislatura, mas aparentemente o passado veio dar razão àquilo que CDS sempre reivindicou...

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Eu falei na coesão territorial!

**O Orador:** ... que era o estudo do modelo de transporte marítimo de mercadorias. Esse é um facto.

Depois vem dizer que houve o desvio do navio. Eu gostava de saber em que medida é que o Governo Regional inferiu para que houvesse o desvio do navio, que afinal era para ir para Santa Maria, mas já não vai para Santa Maria?

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termine, Sr. Presidente.

Era exatamente isto: o Partido Socialista reconheceu, *a posteriori*, a questão dos transportes marítimos de mercadorias, porque depois aprovou, finalmente, nesta legislatura, que se realizasse o estudo.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

**Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Membros do Governo:

Sr. Deputado Tiago Branco, eu não sei se percebi aquilo que me quis dizer. Talvez eu não tenha percebido, mas efetivamente que existe o buraco, existe. Já falámos nele aqui, variadíssimas vezes. Que eventualmente a não compensação destas rotas contribuiu para esse prejuízo, contribuiu! Foi a única coisa que eu disse. Não tive aqui qualquer má intenção. Não há como esconder.

Queríamos todos nós esconder.

Pode ter contribuído, pronto!

Sr. Deputado Pedro Neves, não há garantias obviamente, mas há um compromisso, e quando se trata de gente de boa-fé, podemos também contar, penso eu, com a voz ativa dos deputados que recentemente foram eleitos pelos Açores...

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** ... e que tenho a certeza de que nesta matéria estarão unidos...

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Veremos!

**A Oradora:** ... e facto de também hoje aqui, com grande maioria, aprovarmos este Projeto de Resolução serve exatamente para isso, para marcarmos todos a nossa posição, exatamente porque não nos fiamos em compromissos que podem valer o que valem.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sras. e Srs. Deputados, de todas as intervenções que foram aqui realizadas em torno deste Projeto de Resolução, eu devo dizer que a intervenção que eu mais gostei foi da intervenção do Sr. Deputado Francisco César que, em jeito de aparte, à intenção do Sr. Deputado Pedro Neves, deu-nos aqui um ar de confiança.

A forma como o Sr. Deputado Francisco César disse que a maioria, na Assembleia da República, do Partido Socialista, seria um garante para que isso funcionasse (em jeito de aparte eu percebi isso), que percebi dele que vai empenhar-se nesse assunto. Eu percebi isso, e não estou dizendo isso com ironia, nem tentando arranjar-lhe um encargo, mas percebi isso na forma como comentou a intervenção do Sr. Deputado Pedro Neves.

Diria mesmo que foi por vontade de Deus, ou por ironia do destino, que o último Projeto de Resolução, ou o último diploma a que o senhor assiste nesta

Casa, é precisamente o levar à República o encargo de assumir que a República irá cumprir com essa situação.

Portanto, fiquemos confiantes de que o empenho do Sr. Deputado Francisco César, mas também do Sr. Deputado Sérgio Ávila, serão determinantes na assunção, por parte da República, na resolução desse problema, que é da maior justiça para os Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Salomé, eu também sou uma pessoa que adoro acreditar, e adoro, obviamente confiar nas pessoas. Nada contra isso!

Também sei que há aqui deputados e deputadas um pouco mais ingénuas e menos ingénuas, relativamente a determinadas coisas.

Eu só queria mesmo ressaltar, porque pareceu na intervenção da Sra. Deputada há pouco que já estava garantido. Eu não queria era dar esse argumento, e para os açorianos que nos possam estar a ouvir neste momento, a pensar que já estava garantido algo que não está.

O que nós temos, obviamente, e por mais vontade de todos os Deputados e Deputadas desta Assembleia, por mais vontade de todos os Deputados à Assembleia da República, do círculo dos Açores, que irão fazer todo o *forcing* para que isso aconteça, já vimos, e já estamos aqui a alguns anos para ver, que, nem sempre a nossa vontade vai a bom porto, e por mais força que tenhamos na caneta a assinar toda a correspondência entre o Governo Regional e o Governo da República, às vezes as coisas não são assim.

E quando temos maiorias absolutas, a democracia tende a fechar-se um pouco. É esse o meu receio que tenho relativamente àquilo que é uma obrigatoriedade

dentro da Constituição Portuguesa, mas às vezes fechamos os olhos aos açorianos daquilo que é uma obrigatoriedade.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa.

(\*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não poderia deixar de salutar a manutenção da *gateway*, relativamente à ilha de Santa Maria e às restantes ilhas, uma vez que elas permitem, precisamente, este princípio de continuidade territorial e são uma mais-valia para a mobilidade dos açorianos.

E porque se fala em continuidade territorial, e pegando nas palavras do Sr. Deputado João Vasco Costa relativamente à coesão territorial interilhas, Sr. Deputado Vasco Costa, deixe-me dar-lhe um exemplo daquilo que era a gestão do Governo Socialista no passado. Quando nós precisávamos de um voo à quarta-feira de manhã, porque os nossos utentes não precisavam de ficar, nem dois, nem três dias, na ilha de São Miguel, o Governo Socialista nunca foi capaz de colocar esse voo à quarta-feira de manhã, tendo sido já este Governo a colocar este voo à quarta-feira de manhã, fazendo com que os nossos utentes pernoitem menos tempo em São Miguel.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputado Francisco César (PS):** E as ingerências?

**Deputado Sérgio Ávila (PS):** Não há ingerência agora?

**A Oradora:** Sr. Deputado João Vasco Costa, este também é um exemplo de coesão territorial interilhas.

Vou dar-lhe outro exemplo de coesão territorial interilhas: tarifa Açores e o incremento do número de voos relativamente ao Verão Iata para 2022. Este é outro exemplo.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** E porque a única coisa que eu pretendia aqui era realmente salutar a *gateways*, porque é aquilo que nós estamos a falar, e efetivamente este Projeto de Resolução, como foi dito logo na primeira intervenção pelo meu colega Marco Costa, permite precisamente que nós tenhamos todos aqui uma visão e que continuemos atentos àquilo que vai ser feito, por parte do Governo Regional e por parte do Governo da República, relativamente a este modelo de transporte de passageiros para as *gateways*, a verdade, Sr. Deputado João Vasco Costa, é que o senhor voltou a meter um assunto, porque o quis meter na ordem do dia, relativamente ao transporte marítimo de mercadorias.

Mas deixe-me que lhe diga só mais uma coisa: é que a ausência de um transporte marítimo de mercadorias, decente, que sirva efetivamente todas as ilhas dos Açores, não é um problema desta governação, é um problema da governação socialista,...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** ... porque foi o Governo Socialista que nunca conseguiu criar um modelo de transporte marítimo de mercadores que servisse efetivamente a população.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** É essa grande questão, Sr. Deputado.

Apenas e só para complementar aquilo que foi pelo Sr. Deputado Rui Martins, eu espero, sinceramente, que o Governo Regional dê continuidade àquilo que foi pedido nesta Assembleia, através do Projeto de Resolução do CDS que previa o estudo para o transporte marítimo de mercadorias,...

**Deputado Berto Messias (PS):** Onde é que está esse estudo. Mostre lá?

**A Oradora:** ... e aí, sim, se possa estudar uma solução que sirva, de forma mais, se calhar sustentável, todas as ilhas dos Açores e que não se empurre com a barriga para a frente aquilo que os senhores não conseguiram resolver.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 101/XII, recomenda ao Governo Regional que defenda a manutenção das rotas do Faial, Pico e Santa Maria, para o continente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 101/XII, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigado.

Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Faz favor, Sr. Secretário.

**Secretário:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Foi aprovado por unanimidade, o encerramento dos trabalhos.

**Presidente:** Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom descanso a todos. Bom fim-de-semana e boa viagem àqueles que vão regressar às suas casas.

*Eram 18 horas.*

### **Documentos entrados**

#### **Listagem da correspondência:**

##### **1- Projetos de Decreto-Lei:**

**Assunto:** Que assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2018/1807, relativo a um regime para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia - METD - (Reg. DL 1328/XXII/2021) - n.º 66/XII - GR

**Proveniência:** Conselho de Ministros

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2022 – 03 – 28.

##### **2- Propostas de Decreto Legislativo Regional:**

**N.º 31/XII**

**Assunto:** [Adapta à administração pública regional dos Açores o regime jurídico do Decreto-Lei n.º 372/90, de 27 de novembro, que disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2022 – 04 – 26;

### 3- Projetos de Resolução:

**N.º 96/XII**

**Assunto:** [Sobre o conflito na Ucrânia](#)

**Proveniência:** PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 97/XII**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional dos Açores a rápida resolução do problema criado em torno no pagamento dos apoios aos clubes e atletas desportivos açorianos pela utilização da “Palavra Açores”](#)

**Proveniência:** IL

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 98/XII**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional a intervenção em conversações entre a AMISM e a TERAMB, no objetivo de aproveitar a capacidade de incineração sobranete da CVE na ilha Terceira](#)

**Proveniência:** Deputado Independente

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 99/XII**

**Assunto:** [Criação de um plano de intervenção e de apoio na Cooperativa Ocidental](#)

**Proveniência:** PPM/PSD

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 100/XII**

**Assunto:** [Prorrogação do prazo para a apresentação do Relatório da Comissão Eventual para o Aprofundamento da Autonomia \(CEAA\)](#)

**Proveniência:** PS/PSD/CDS-PP/BE/PPM/CH/IL/PAN

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09

**Comissão:** -----

**URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 101/XII**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional que defenda a manutenção das rotas do Faial, Pico e Santa Maria para o Continente](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09

Comissão: -----

## URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

### 4- Requerimentos:

**Assunto:** [Impedidos de se candidatarem ao Concurso de Pessoal Docente](#)

**Autores:** Rodolfo Franca, Célia Pereira, Ana Luís, Tiago Lopes, Maria Isabel Teixeira, Vilson Ponte Gomes, José Eduardo e Lubélio Mendonça (PS)

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 07

**Referência:** 54.02.00 – N.º 314/XII;

**Assunto:** [O Governo incumpre a legislação regional que regula a utilização das instalações e equipamentos desportivos escolares](#)

**Autores:** Tiago Lopes, Ana Luís, Rodolfo Franca, José Eduardo e Vilson Ponte Gomes (PS)

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 10

**Referência:** 54.02.00 – N.º 315/XII.

### 5. Respostas a Requerimentos:

**Assunto:** [Plano de Reestruturação do Grupo SATA](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Referência:** 54.09.00 – N.º 280/XII;

**Assunto:** [Grupo SATA agrava prejuízos para 90 milhões, excluindo os subsídios](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Referência:** 54.02.00 – N.º 284/XII;

**Assunto:** [PS preocupado com a proteção dos recursos marinhos da Região](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Referência:** 54.02.00 – N.º 287/XII;

**Assunto:** [Cumprimento das normas previstas no âmbito das medidas de controlo da população de animais de companhia e errantes](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08

**Referência:** 54.06.00 – N.º 295/XII.

## **5- Informações:**

**Assunto:** Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a prorrogação do prazo das Petições n.ºs 17/XII – Pela Dignidade dos Doentes de Machado-Joseph, n.º 18/XII - Défice de assistentes operacionais na Escola EB1/JI de Matriz e a inerente necessidade de uma revisão urgente da legislação regional que regulamenta a afetação dos recursos humanos às escolas, n.º 19/XII - Pela normalização das consultas e tratamentos no serviço de oncologia do HDES e n.º 20/XII - Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental e do Projeto de Resolução n.º 91/XII – Medidas de Apoio à Vítima de Violência Doméstica

**Proveniência:** Joaquim Machado, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 04;

**Assunto:** Ofício ref.<sup>a</sup> 8/2022 JE a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia do Voto de Protesto contra o fim dos encaminhamentos gratuitos para não residentes nas ligações aéreas, aprovada por maioria, com os votos a favor do Grupo Municipal do PS e dos Deputados Independentes e votos contra do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP/PPM, sob proposta do Grupo Municipal do PS, na sua reunião ordinária do passado dia 25 de janeiro de 2022

**Proveniência:** José Gabriel Freitas Eduardo, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes das Flores

**Data de Entrada:** 2022 – 32 – 07;

**Assunto:** Ofício ref.<sup>a</sup> 10/2022 JE a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia do Voto de Protesto pela ingerência nos poderes e competências dos órgãos de Poder Local por parte da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada por maioria, com os votos a favor do Grupo Municipal do PS e dos Deputados Independentes e votos contra do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP/PPM, sob proposta do Grupo Municipal do PS, na sua reunião ordinária do passado dia 25 de janeiro de 2022

**Proveniência:** José Gabriel Freitas Eduardo, Presidente da Assembleia Municipal das Lajes das Flores

**Data de Entrada:** 2022 – 32 – 07;

**Assunto:** Requerimento a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a baixa à Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes

**Proveniência:** João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 08;

**Assunto:** Requerimento a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de retirada da proposta de alteração à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por "Solenerge"

**Proveniência:** João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 11;

**Assunto:** Requerimento a solicitar que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que declare a urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/XII – Atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de sistemas solares fotovoltaicos a instalar na Região Autónoma dos Açores, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, designado por "Solenerge"

**Proveniência:** Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 11.

## 6- Relatórios:

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Resolução n.º 67/XII – Ampliação da pista do Aeroporto do Pico](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09;

**Assunto:** [Sobre o Projeto de Resolução n.º 55/XII – Terminal de Cargas da Aerogare Civil das Lajes](#)

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09;

**Assunto:** Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XII – Décima sétima alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, 6/2019/A, de 12 de fevereiro, 8/2019/A, de 9 de maio, 1/2020/A, de 8 de janeiro, 12/2020/A, de 3 de junho, e 15-A/2021/A, de 31 de maio, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional

**Proveniência:** Comissão Especializada Permanente de Economia

**Data de Entrada:** 2022 – 03 – 09.

#### **7- Diários:**

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 45, 46, 47, 48, 49 e 50 e as Separatas n.ºs 14 e 15.

**A redatora:** Maria da Conceição Fraga Branco